



Índice

- 01** Lideranças Geraizeiras sofrem atentado em Fruta de Leite, norte de Minas
- 02** Tereza Cristina fala de sua atuação no Congresso e cobra de Azambuja espaço para o PSB
- 03** Parceria irá desenvolver Judiciário brasileiro na área de direitos humanos
- 04** Ribeirinho Cidadão começa nesta quinta em Barão
- 05** Brasil doou 46,1 mil de toneladas de alimentos para regiões de risco, informa ministro Milton Rondó
- 06** Moradores cobram retirada de resíduos do Lixão de Perema
- 07** Embrapa divulga nota informativa sobre os níveis dos rios da bacia do alto Paraguai-Pantanal
- 08** Pela primeira vez na história, SENAI oferece um curso dentro de uma terra indígena
- 09** Cheia é problema em Rondônia e seca afeta Roraima
- 10** Indígenas que ocupam bairro em Manaus fazem acordo temporário
- 11** PEC que dá ao Congresso decisão final sobre terras indígenas voltará a ser analisada
- 12** OAB: VI Conferência Internacional de Direitos Humanos
- 13** Situação dos quilombolas no Vale do Ribeira é discutida em reunião



- 14 Comunidades indígenas de ocupação urbana conseguem acordo temporário no AM
- 15 Aos 24 anos, indígena Umutina é o 1º a ingressar em mestrado na UFSCar
- 16 Justiça reconhece que Morro dos Cavalos é terra Guarani
- 17 UHE São Manoel: compensação ou troca troca?
- 18 Documentário sobre conflitos em comunidades pesqueiras será lançado no Recife
- 19 Milícia anti-indígena sequestra e tortura jovem Kaiowá em Naviraí (MS)
- 20 Funções, desafios e perspectivas dos acadêmicos e antropólogos indígenas no Brasil
- 21 Dirigente Indígena: Os Brancos estão caçando briga por impedir demarcações
- 22 Expedição Anaconda encerra segunda etapa registrando sítios sagrados nos rios Uaupés e Negro
- 23 Boletim Mundo: Sequestro e Tortura contra Jovem Kaiowa são praticados por Milícia anti-indígena em Naviraí – MS
- 24 Matança de botos: Pescadores do Amazonas querem reduzir tempo da moratória da piracatinga
- 25 Brasil: 5 projetos de lei que ameaçam a Amazônia podem voltar à pauta no Senado e na Câmara em 2015
- 26 Cacoal: Rios transbordam novamente e moradores têm que deixar suas casas
- 27 Comunidades ribeirinhas começam a receber atendimento jurídico

Lideranças Geraizeiras sofrem atentado em Fruta de Leite, norte de Minas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2015

Enquanto a maioria do povo Brasileiro estava distraída com o Carnaval, lideranças Geraizeiras de Fruta de Leite, no norte de Minas Gerais, sofriam atentados por sua luta em defesa de seus territórios tradicionais e contra a grilagem de terras do Estado.



Por Jorge Farinha

Causa forte indignação a forma bárbara e covarde como duas fortes lideranças do Movimento Geraizeiro foram atacadas neste fim de semana (14 e 15 de Fevereiro) no povoado Martinópolis, município de Fruta de Leite, ao que tudo indica a mando de grileiros de terras públicas.

Alceu Batista Franco, de 42 anos, foi atacado por dois homens que o seguiam de moto, quando na noite de 14 de Fevereiro se deslocava da casa de seu pai para a sua residência. Ele também pilotava uma moto e os agressores se aproximaram dele, desferindo-lhe golpes com barra de ferro nas suas costas. Com a agressão, Alceu perdeu o controle e caiu da moto, mas antes que os dois o alcançassem de novo, conseguiu fugir pelo meio do mato, despistando assim os agressores e salvando a sua vida. Alceu afirmou que "faz mais de um mês que eles me vêm ameaçando e provocando", procurando o confronto do qual ele tem fugido.

Já Valdivina Dias Batista, de 62 anos, trabalhadora rural e forte liderança sindical e do Movimento Geraizeiro, popularmente conhecida na região por D. Vina, encontrou a sua casa

CONT.



completamente destruída pelo fogo depois de voltar da missa, no final da manhã de Domingo de 15 de Fevereiro. O incêndio destruiu praticamente toda a casa, deixando a vítima e sua família apenas com a roupa do corpo. Os covardes agressores, até agora não identificados, retiraram a gasolina do carro que estava estacionado num alpendre ao lado da residência, e espalharam por todo o imóvel, fazendo com que nada do interior da casa fosse poupado, com exceção da cozinha, que é a partir de onde D. Vina, seu esposo José Batista Nascimento, 67 anos, e seu filho Gildavo Dias Nascimento, 30 anos, irão reconstruir suas vidas.

Para Orlando Santos, uma das principais lideranças do movimento e que reside na zona rural do município de Novorizonte, não existem dúvidas quanto à motivação dos crimes. "Desde 2011, que foi quando organizamos o movimento e começamos a lutar contra a grilagem das terras devolutas, em defesa do nosso território tradicional e preservação do cerrado e as suas nascentes, que temos vindo a sofrer constantes ataques e ameaças. A nossa atuação está mexendo com interesses muito poderosos", afirmou. Ele mesmo tem sido constantemente ameaçado e, inclusive, já sofreu com falsa denúncia de que possuía em sua casa forte armamento, que culminou com um pedido de busca e apreensão em sua residência. "A polícia chegou de madrugada em grande aparato. Eu não estava em casa. Eles entraram vasculhando tudo, não respeitando a minha mulher e a minha filha. Obviamente que não encontraram nada, mas levaram a minha filha presa por desacato à autoridade, porque ela se indignou contra aquela brutalidade e injustiça. É muito humilhante e revoltante você, que é homem de bem, ver a sua filha de dezoito anos ser presa naquelas condições. Ainda mais que eles revistaram a minha filha sem ter nenhum agente feminino presente. É muito revoltante", disse.

Os assessores jurídicos do movimento, André Alves de Souza e Marcos de Souza, fazem questão de realçar que "os atentados têm relação com a luta das comunidades tradicionais geraizeiras que estão se organizando para retomar seus territórios tradicionais que, em grande parte, incidem sobre terras pertencentes ao Estado de Minas Gerais que foram arrendadas a empresas de plantio de eucalipto, nas décadas de 1970 e 1980, por períodos de aproximadamente 23 anos, cujas promessas de desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida do povo do lugar não se concretizaram, ao contrário, pioraram. Esses contratos já venceram, e essas terras vêm sendo objeto de grilagem e venda a empresas e particulares. O que as comunidades locais reivindicam é a restauração dos ambientes degradados pela monocultura do eucalipto, a recuperação dos territórios pelas comunidades tradicionais para a produção agroecológica e conservação ambiental, geração de trabalho e renda, sobretudo para os jovens", afirmaram.

Relativamente aos crimes deste final de semana, as suspeitas dos integrantes do movimento recaem sobre um poderoso proprietário da região, que ao ver a retomada das terras que ele mesmo grilou e vendeu para poderosa empresa agro-florestal (da qual ele também era funcionário), afirma agora que lhe pertencem e as tenta grilar de novo.

Já D. Vina, que viu toda a luta de uma vida virar cinza, afirma que "sou geraizeira, resistente e forte como o Cerrado e irei reconstruir tudo de novo. Só ficou a cozinha, mas é nela que

CONT.



iremos viver e, com Fé em Deus, continuaremos a nossa luta". Entretanto os integrantes do movimento já auxiliam na reconstrução da casa da companheira.

As autoridades, que já efetuaram perícias em relação aos dois casos e não têm dúvida da origem criminosa do incêndio na casa da D. Vina, estão efetuando diligências para encontrarem os responsáveis pelos crimes.



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

Tereza Cristina fala de sua atuação no Congresso e cobra de Azambuja espaço para o PSB

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 18.02.2015

Posições definidas e corajosas aliadas a um amplo conhecimento de política, agropecuária e demais temas de relevante importância para o país, levam a deputada federal Tereza Cristina a falar de forma clara sobre seu trabalho e seus projetos.



Foto por: Wanderson Lara

A deputada federal em primeiro mandato e ex-secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo do Mato Grosso do Sul (Seprotur) de 2007 a 2014, presidente estadual do PSB, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, concede entrevista ao MS Notícias abordando temas que vão desde a análise do futuro do agronegócio para a região e para o país, passando pela Reforma Política, uma de suas bandeiras de campanha, infraestrutura, suas relações políticas com o antigo e o atual governos, e o panorama atual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a atual situação da sigla no Estado e como irá trabalhar o partido para as eleições de 2016.

MS Notícias: Deputada, como foi sair do Executivo e estrear no Legislativo já como deputada federal?

Tereza Cristina: Completamente diferente. Apesar de, no governo, as coisas acontecerem mais

CONT.



diretamente. Eu vim da iniciativa privada, fui para o Governo do Estado, as coisas mudam de ritmo. Na iniciativa privada, se eu quero que aconteça, eu faço acontecer, já no governo não é bem assim. Demora mais entre tomar a decisão e a realização.

No legislativo, ainda estou me adaptando. Tem uma série de projetos, de emendas, de PECs, de PLs, que você não acompanhou. São coisas que estão em tramitação e análise há muito tempo.

Algumas há mais de 20 anos...

Tem coisas tiradas da gaveta que os da legislatura passada puderam acompanhar, e para nós que estamos chegando, aquilo nos vem de supetão. Posso citar uma matéria para ser votada, sobre uma simples autorização de investimento que o governo teria que fazer nos telescópios que estão instalados no Chile. Autoriza o governo a investir pouco mais de 800 milhões, que seria a cota de participação brasileira no projeto. É importantíssimo para o Brasil trabalhar com essa tecnologia de ponta, mas você entra no meio do caminho, e alguns deputados não quiseram votar porque, com a atual situação de crise, onde não há dinheiro para nada, não há dinheiro para a saúde, não há dinheiro... São coisas completamente diferentes, mas a questão é saber se é prioridade.

Agora, tem coisas que são de foro íntimo, que você foi para lá para defender.

Reforma política?

Não tenho dúvida de que nós temos que votar. Nem é votar, mas tirar ela da gaveta. A sociedade espera, e uma das minhas propostas de campanha era essa, estudar, entender e fazer uma reforma política, mesmo que ela não seja a ideal, mas o que está posto aí, não serve. Se nós vamos fazer melhor, eu não sei, mas alguma coisa tem que ser feita.

São 20 anos ou mais de discussão...

Rapidamente o presidente da Câmara [Eduardo Cunha – PMDB/RJ] já montou a Comissão de Estudos, o Senado já está fazendo o mesmo. Eu espero que isso realmente aconteça, e que seja durante o meu mandato, nesses quatro anos em que eu vou estar ali. Que se dê uma resposta à sociedade, de algumas coisas que são essenciais.

As eleições serão feitas em uma única data? Quanto se gasta no Brasil para a cada dois anos você ter uma eleição? Qual o custo disso para o povo brasileiro? Quando isso será feito, nessa legislatura ou na próxima? Porque vai ter que aumentar um ano no mandato para poder conciliar. Mas isso tem que ser feito, tem que ter coragem, os deputados não podem pensar apenas nos seus mandatos, temos que ter essa grandeza para resolver.

Outra coisa a ser resolvida rapidamente é a questão das coligações. Esse mar de partidos que se criou. Hoje no Congresso são 28 partidos representados, isso é uma Torre de Babel. Se os

CONT.



partidos seguirem seus estatutos, seus ideais, fica muito complicado você votar alguma coisa com esse número de partidos discutindo.

Financiamento público de campanha

Será que resolve? Será que é esse o problema? Ou será que é você regular, deixar mais transparente. Nós precisamos deixar de ser hipócritas.

Mesmo porque o grande problema do financiamento de campanhas não é a doação legal, mas o caixa dois.

Pois é, e será que se aprovar o financiamento público não vai alimentar a caixa dois? Repito, nós precisamos deixar de sermos hipócritas. Devemos ter regras claras e punir quem não cumprir a regra. Tem que ter as multas, a perda de mandato, enfim. Eu discordo quando eu vejo o governo falando que o financiamento público de campanha vai resolver.

Voto obrigatório ou facultativo?

Será que nós precisamos exigir o voto? Nós vimos a abstenção, mesmo pagando multa houve mais de 30% de abstenções.

Com 30 anos de democracia contínua, é difícil entender a obrigatoriedade do voto.

São coisas que aparentemente são pequenas, mas que vão delineando um rumo para essa reforma política. O ideal, para mim, é que se tivesse um Parlamento e não um Presidencialismo. Se a gente for pensar em "o melhor dos mundos", isso nós não vamos conseguir agora, então nós temos que caminhar para isso. Talvez eu não vá ver isso, mas para os meus filhos, meus netos, mas temos que caminhar para o melhor sistema. Não está funcionando, destitui-se o Primeiro-Ministro.

No momento, precisamos pôr as mãos na ferida e precisamos resolver republicanamente alguns pontos importantes da reforma política. Estou muito satisfeita do nosso presidente ter posto isso em votação, ter forçado a barra para ser votado. Agora, tem que acontecer, não é só fazer o teatro. Eu espero que a gente consiga dar andamento.

A senhora vê como positiva a eleição de Eduardo Cunha, no sentido de haver dado mais peso e independência para a Câmara?

Eu acho que sim, e avalio como muito positiva. Ele é uma pessoa preparada, pelo que sinto e pelo que falam, ele conhece muito de regimento interno, e eu tenho percebido isso. Então, ele não se deixa ser manipulado e faz as coisas acontecerem. Eu acho que nós vamos ter avanços na Câmara Federal.

Nesse projeto político, cabe rever a representatividade de cada Estado dentro da Câmara

CONT.



Federal? Hoje a bancada de oito deputados que cabem a Mato Grosso do Sul representa 1,56% do total de deputados.

Eu acho que cabe, porque, por exemplo, São Paulo com 70 deputados... eu acho uma disparidade muito grande. Nós poderíamos ter mais 2 ou 3, Mato Grosso também aumentar sua bancada, Goiás já tem mais. Se não quer aumentar para evitar despesa, que se diminua dos outros. Acho que tem que melhorar a proporcionalidade. É muito desproporcional 70, 50, para 8.

O que representa para Mato Grosso do Sul a sua eleição para a vice-presidência da Frente Parlamentar Agropecuária?

Bem, esse é o meu tema, o assunto que teoricamente eu tenho que saber. Então, eu acho que vou poder ajudar muito ao Centro-Oeste.

Posso ajudar levando os problemas como, por exemplo, a Lei dos Caminhoneiros, que altera a regulamentação da profissão. Eu li matéria no Valor Econômico, onde o pessoal da Associação das Concessionárias das Rodovias, criticando muito a votação desta Lei, por causa do eixo-suspensão, que nós tiramos a cobrança do pedágio, não da cobrança total do pedágio, mas sobre o eixo, como se ela estivesse carregada, pagando só o cavalo.

Outra, houve uma reclamação enorme dos partidos governistas, motivada pelo horário de parada do caminhoneiro, deixar para ser decidido pelo sindicato, se ele vai fazer mais duas ou mais quatro horas extras. Nós precisamos parar de o governo querer se meter em tudo. Nós temos que deixar os elos da cadeia, se ajustarem.

E em relação à Lei do Caminhoneiro, o que há ainda a ser discutido?

A bancada não entende, ao meu ver, as realidades regionais. Um deputado de outra região, por vezes desconhece as nossas distâncias. Como um caminhoneiro que vem do interior de Mato Grosso, a cada quatro horas ele vai fazer uma parada obrigatória, se ele não tem um ponto seguro para isso. Nós estamos querendo fazer uma lei da Suíça, para o Brasil. Não dá, existem características regionais próprias. Nós temos que adequar a nossa legislação para que ela possa ser cumprida.

Criam-se as conhecidas "Leis que não Pegam"?

Sim, nós fazemos leis que são impossíveis de serem obedecidas.

Infraestrutura de transporte, ferrovias, hidrovias, como está, o que se pode fazer?

Essa é uma das minhas bandeiras. A ferrovia custa muito caro, e eu vejo com desesperança acontecer num curto prazo, na situação em que o Brasil se encontra, principalmente porque esse escândalo da Petrobras, quer queira, quer não, traz uma insegurança enorme para os

CONT.



investidores externos, de investirem em empresas brasileiras, investirem no Brasil, então nós vamos ter que esperar passar esse tsunami. Mais uma vez eu acho, e isso é minha opinião particular, a infraestrutura brasileira, tão necessária, para o escoamento de nossa produção, e não falo só do agronegócio, mas o escoamento industrial, os nossos portos, hidrovias, ferrovias e rodovias, por serem investimentos vultosos, mais uma vez serão postergados. Espero estar errada nesse meu julgamento.

Em relação à PC 215 [garante ao Legislativo o direito de apreciar as demarcações de áreas indígenas], qual a sua posição?

Eu acredito que ela [a demarcação] vai se tornar mais morosa, mas eu sou favorável. O problema é que o Brasil não tem uma política pública para a questão indígena. Existe um desmando na Funai, ONGs internacionais que palpitam sobre nosso território.

A decisão passando a ser do Congresso, vai retardar a decisão, mas dará mais segurança jurídica às pessoas que aqui investem e ao produtor rural. Hoje existe um desmando, uma burla à Constituição, quando pessoas que têm escrituras há mais de 90 anos estão sendo retiradas. Não é contra os índios, eu acho que nós temos que resolver o problema das populações indígenas, principalmente das populações que estão em lugares onde já não existe mais o espaço, como a cultura ser levada ao pé da letra. Quem disse que aumentar uma área em Dourados vai resolver o problema dos índios?

Eu acho que nós temos que resolver como outros países já resolveram. Nós temos que dar condições de manter sua cultura, dar saúde, dar educação.

Quantidade de terra não é o que os indígenas pretendem, me parece.

Não, não é e nunca foi. Existe aí uma má intenção, que eu não sei de onde vem, com viés ideológico, e que eu nem sei se esse viés é do governo atual. Acho que existe uma manipulação de ONGs internacionais, que agem dentro da Funai, dentro do Governo, com terceiras intenções. Algumas a gente consegue identificar, outras não.

A vinda do ministro para resolver a questão Buriti, finaliza essa questão que vem se arrastando? Foi resolvida a questão financeira?

Parece que está bem adiantado. Até onde eu sei, o problema dos valores não está resolvido, mas está encaminhado. Naqueles preços que foram colocados, foram feitas perícias por empresas especializadas, e os valores propostos pelo governo aumentaram, não significativamente, obedecendo as características de cada área. Ouvi comentários de que existe um encaminhamento e uma vontade do governo de que irá aceitar os resultados da perícia na maioria dos casos. Conversei com produtores da região que estão animados, acreditando que esse caso será resolvido, agora, nós estamos escaldados com isso. Eu espero que resolva.

Essa questão do assentamento de indígenas, e não vamos nos centrar apenas no caso Buriti,

CONT.



após assentados, o que vai se proporcionar para eles? Qual o investimento de apoio aos índios?

Ninguém falou. Não existe uma política no Brasil, e não pode ser uma política única porque as situações são diferentes, existem diversos "Brasis". As tribos que já estão aculturadas, como você vai resolver da mesma maneira que tribos recentemente descobertas? Por exemplo, como resolver o problema de Santa Catarina? Como você vai tirar milhares de pequenos agricultores, gente que tem 10, 12 hectares? Vai desalojar e levar para onde?

Como ajustar a cultura indígena? Poucos são os que têm a cultura de produzir, e os poucos, como os Terena, eles produzem para subsistência. Quando você disponibiliza uma quantidade de terra maior do que eles produzir, o que acontece é que os mal-intencionados arrendam estas terras.

Kátia Abreu foi um bom nome para o Ministério?

Para mim, foi.

Mas ela enfrentou rejeição, mesmo entre a classe de produtores.

Mas aí existe um problema político do setor produtivo que não é governista, e a Katia ter feito uma aproximação com a presidente Dilma. Acho que para ela foi um desgaste muito grande, mas para o setor foi muito bom. Aliás, o setor produtivo brasileiro ganhou com duas coisas, eu não sou da base do governo, mas tenho que tirar o meu chapéu para as indicações de duas pessoas que são do ramo. Se essas pessoas conseguirem ter o apoio do governo federal, acho que nós temos que ajudar porque isso só pode fortalecer o setor produtivo. Na área industrial a nomeação do senador Armando Monteiro [PTB-PE], que foi presidente da CNI [Confederação Nacional da Indústria], e a Kátia, que foi presidente da CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil].

E ambos têm uma trajetória política. Porque sempre houve problemas com as indicações de técnicos que não conseguiam uma boa comunicação com os políticos, ou indicações de políticos que não conseguiam um diálogo com os técnicos.

E a Kátia tem uma ferramenta fantástica na mão, que é a CNA, que ela tem a lhe ajudar, porque o governo é um elefante de difícil mobilidade. Caso ela precise de um estudo, o CNA pode lhe fornecer, afinal é uma entidade que se profissionalizou, tem gente muito capacitada e tem condições de, se necessário, contratar mais profissionais também muito capacitados para auxiliar o Ministério da Agricultura. A Kátia tem essas duas coisas, tem a faca e o queijo nas mãos. O atual presidente da CNA foi vice da sua gestão, imagino que eles tenham um relacionamento excelente. A CNA pode estar a serviço da agropecuária, auxiliando a ministra, assim como o Armando Monteiro tem a CNI. Esse é o melhor dos mundos.

A questão é que o momento econômico do Brasil não é muito bom, mas seria pior se tivesse

CONT.



gente lá que não é do ramo. Eu estou muito feliz, ela está prestigiando Mato Grosso do Sul, convidou a ex-secretária Tânia Garib para fazer parte da sua equipe, para um setor novo no Ministério, onde ela mostra que quer fazer a diferença. Ela levou uma sul-mato-grossense altamente qualificada.

A senhora foi convidada para assumir alguma das secretarias do atual governador Reinaldo Azambuja?

Sim, o Reinaldo falou comigo logo após a vitória dele, se eu tinha interesse em assumir a Secretaria de Desenvolvimento.

Secretaria que surgiu do desmembramento da pasta que a senhora comandou durante o governo André Puccinelli.

Sim. Eu disse a ele que não, primeiro porque você sai de uma secretaria, imediatamente é eleita deputada federal, numa eleição difícilíssima como foi, eu acho que os meus eleitores, os 75.149 que deu tive, não entenderiam. Realmente eu recebi mais que centenas, milhares de pedidos para que eu não aceitasse. Então, eu acho que tomei a atitude correta.

Também, após sete anos e meio administrando a pasta, não era um desafio para mim. Eu sei que poderia ajudar, mas continuo ajudando da mesma maneira ao Mato Grosso do Sul, ao governador Reinaldo, trazendo empresários, ajudando a abrir portas.

Em Brasília, apesar do trato dentro da Câmara para mim ser uma novidade, um aprendizado, eu tenho um conhecimento adquirido neste período em que estive à frente da Secretaria, de trato com os Ministérios. Os da minha pasta e, outros, como o da Educação, que não é da minha área, mas que a Nilene [Badeça, ex-secretária de Estado da Educação] está me apresentando.

Enfim, estou me inteirando para poder ajudar o Estado. Agora é avançar nos outros Ministérios que na época eu não tinha nenhuma ligação e não me cabia procurar. Agora é abrir um leque maior de relações. Acho que hoje ajudo mais como deputada federal do que ajudaria se estivesse como secretária. Precisa oxigenar, vir gente nova, com novas ideias.

A senhora sempre teve um bom trânsito e relacionamento tanto com o governador André Puccinelli, quanto com o Reinaldo Azambuja. Ainda no PSDB a senhora participou do governo peemedebista, depois foi para o PSB. Como trabalhar, agora, essa relação em que o ex-governador é uma força de oposição dentro do Estado?

Na realidade, a gente tem um relacionamento respeitoso, apesar da minha saída do PSDB não ter sido traumática, mas eu fui convidada a sair da legenda. À época o partido ficou dividido, e muita gente acreditava que eu não iria sair, mas achei por bem sair.

CONT.



Não precisaria ter havido esse desgaste.

Não precisaria, mas a gente tem que ter um lado na vida e, naquele momento era a melhor posição. O governador André me levou para o seu governo, ainda que tivesse sido por uma indicação do PSDB, fui para o governo como base aliada, mas eu tive apoio, suporte do governador e, eu achei que não podia jogar fora tudo isso. Eu tinha duas saídas, saía do governo, ou terminava meu trabalho. Eu fui colocada a tomar uma posição, e eu tomei. Eu fui para o PSB por isso. Apoiei o Nelsinho [Trad, candidato do PMDB derrotado na eleição para o governo do Estado] no primeiro turno; no segundo turno apoiei o Reinaldo porque achei que era o projeto que mais convergia para o que nós precisávamos, acredito que será um bom governo, e temos que dar o tempo necessário para ele.

Saímos de uma polarização política PT e PMDB?

Temos uma terceira via, nova. Eu tenho um relacionamento pessoal muito bom com o governador, mas acredito que o partido precisa ser melhor atendido. Por enquanto nós estamos conversando, mas o partido PSB precisa, ainda, avançar no governo Reinaldo. A relação é boa mas o PSB não está inserido, não se sente representado no governo. Mas, temos que dar tempo ao tempo, e eu tenho certeza que nas conversas que temos mantido ficou claro que nós podemos contribuir, se o Reinaldo quiser, o PSB estará pronto.

Acho que temos que focar na reforma política. Veja que as eleições de 2016 e 2018 já começaram. Então temos que focar na reforma política e aqui no estado acompanhar o dia a dia, o desenrolar das coisas para ver como o PSB vai se posicionar. Eu assumi a presidência estadual do Partido, vamos marcar para breve uma reunião com representantes de todos os municípios. Estão todos animados, querendo fazer seus diretórios municipais. Isso é bom, nos dá enorme satisfação estarmos recebendo ligações do estado inteiro cobrando as reuniões, informando que já têm candidatos a prefeito, a vereador. Então tem que dar uma atenção muito grande ao interior, já pensando nas eleições de municipais de 2016.

Vamos então, chamar esse nosso pessoal para começar a pensar um PSB mais forte, com mais representação, mais vereadores, mais prefeitos.

Nós tivemos uma época de polarizações, primeiro com PTB e PMDB, depois com PMDB e PT, teria chegado a hora de romper as polarizações com o crescimento de PSDB, PSB e alguns outros partidos?

Acho que sim. Acredito que a população cansou dessa polarização. As vezes ela muda até para pior, mas ela quer mudança. Ela quer ver se as coisas mudam, e eu acho que o Brasil está precisando disso.

Houve uma renovação no Congresso de mais de 40%, no meu partido foi de 44%, nasceram novas lideranças, com pessoas novas, para um partido que era "nordestino", porque suas raízes vieram de Pernambuco, com a força de Miguel Arraes, Eduardo Campos, hoje, ainda, a

CONT.



bancada de Pernambuco é a maior, mas nós tivemos eleitos em Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo a bancada aumentou, Minas Gerais, enfim. Então o partido começou a tomar uma dimensão nacional maior, e eu acho que ele pode ser protagonista.

É uma pena nós termos perdido Eduardo Campos, que era um político jovem, em todos os sentidos. Era muito difícil ele se eleger Presidente da República, até poderia porque o segundo turno foi uma maluquice, mas ele sabia que era muito difícil, mas ele era um homem preparado, de bom senso, de um magnetismo pessoal que me dá a certeza de que ele conduziria o partido a largos passos na vida nacional. O PSB pode fazer diferença daqui para a frente.



Parceria irá desenvolver Judiciário brasileiro na área de direitos humanos

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 18.02.2015

Migalhas

O presidente do CNJ e do STF, ministro Lewandowski, e o representante da CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o mexicano José Jesús Orozco Henríquez, firmaram carta de intenções visando à capacitação e ao desenvolvimento do Judiciário brasileiro na área de direitos humanos.

A assinatura se deu numa reunião inédita, no gabinete da presidência do STF, com a participação de representantes da CIDH, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do CNJ e da Comissão Nacional de Direitos Humanos. O documento foi assinado também pelo secretário executivo da Comissão, Emilio Álvarez Icaza.

Na assinatura do documento, o presidente do STF e do CNJ, ministro Lewandowski, destacou a importância do protocolo de intenções.

“O primeiro ponto a ser aprofundado é a divulgação, entre os 16 mil magistrados brasileiros, da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, das decisões da Comissão, da linha de pensamento que domina esses órgãos, as grandes questões discutidas, e mostrar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assim como o sistema internacional, liderado pela ONU, se interligam.”

Ele lembrou que o STF preza muito os tratados internacionais, e que a pauta da Corte tem avançado significativamente nas matérias relativas aos direitos humanos, como nos julgamentos de casos sobre cotas raciais e sociais nas universidades públicas, proteção aos direitos indígenas, reforma agrária e relações homoafetivas.

O representante da CIDH assinalou que o Brasil tem uma participação e intervenção cada vez mais intensa no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. “O país assinou a Convenção Interamericana, aceita a competência da Corte Interamericana e tem membros tanto na Corte quanto na Comissão”, observou José Jesús Orozco Henríquez. Por isso, o protocolo de intenções tem, na sua avaliação, “um profundo significado para os juízes e para os operadores jurídicos” porque, entre outros aspectos, colocará à disposição, em português, toda a documentação relativas aos dois órgãos.

O presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Humberto Antonio Sierra Porto, também destacou a importância da capacitação dos operadores jurídicos, principalmente juízes, “para que conheçam os padrões internacionais de direitos humanos e possam aplicá-los”. Henríquez lembrou que os principais garantidores dos direitos humanos são as autoridades.

CONT.



A ministra Luciana Lóssio, do TSE, participou da reunião para a assinatura da carta de intenções como integrante da recém-criada Comissão Nacional de Direitos Humanos, representando o CNJ. Ela anunciou que a CNDH pretende realizar, no fim do ano, um grande evento voltado para as discussões sobre direitos humanos, envolvendo a sociedade civil e o poder público. "O Brasil está muito preocupado com essas questões, e a parceria com a CIDH é um passo importante para a implementação dos direitos humanos como um todo no país", afirmou.

Controle de convencionalidade

Para o ministro Lewandowski, a carta de intenções é um primeiro passo para aprofundar a integração do Poder Judiciário brasileiro ao sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. "É preciso que os juízes compreendam não apenas como funcionam esses sistemas, mas como se integram, e façam aquilo que o ministro Celso de Mello chama de 'controle de convencionalidade', ou seja, verifiquem se determinada ação está ou não em conformidade com as convenções internacionais das quais o Brasil faz parte."

Capacitação

O documento prevê a realização de cursos de formação e de capacitação de juízes e de funcionários dos tribunais. As qualificações em direitos humanos serão oferecidas no âmbito das escolas da magistratura, por meio de congressos, seminários, colóquios, simpósios, conferências, fóruns e outras atividades jurídicas e de difusão.

A carta também estipula a criação de bibliografia eletrônica no site do CNJ, que reunirá material jurídico de interesse na área de direitos humanos, com tradução em português, a jurisprudência da CIDH e outras informações relevantes para a prática jurídica.

O terceiro ponto da carta prevê a publicação de livro com os textos dos tratados internacionais que compõem o sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Criada em 1959 no âmbito da Organização dos Estados Americanos, a CIDH é responsável pela promoção e pela proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano. A aproximação com organismos internacionais com o objetivo de fortalecer a proteção aos direitos fundamentais é uma das diretrizes do ministro Ricardo Lewandowski para a gestão do Judiciário nacional no próximo biênio.



Ribeirinho Cidadão começa nesta quinta em Barão

SÍTIO CIRCUITO MT, 18.02.2015

Uma equipe composta por 57 profissionais descenderá o Rio Cuiabá durante 10 dias, levando uma série de serviços para a população ribeirinha

Monyk Gusmão - especial para o Circuito Mato Grosso



O projeto Ribeirinho Cidadão, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, a Defensoria Pública do Estado e parceiros, começa o atendimento no Pantanal Mato-grossense nesta quinta-feira (19), às 08 horas na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço.

A caravana é composta por juízes, assessores, defensores públicos, médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros, cartorários, assistentes sociais, policiais militares, entre outros profissionais que atenderão os moradores ali mesmo, na barranca do rio.

Na sexta-feira (20), o atendimento prossegue em Barão, a partir das 07 horas até o meio dia. Às 12h30min. a equipe segue para Estirão Comprido, onde ofertará os serviços às comunidades de Porto São João, Portão Brandão e Flechas.

No sábado (21) o atendimento começa às 07 horas na comunidade de Cuiabá Mirim, que compreende também as comunidades de Conchas, Porto Emiliano e Curutuba. Os serviços serão oferecidos até as 11h30min.

Logo em seguida o projeto vai para São Pedro de Joselândia, onde começa a atender no domingo (22), das 07 às 18 horas, as comunidades de Retiro São Bento, Pimenteira, Lagoa do Algodão, Porto da Fazenda, Correr d'água, Porto do Limoeiro e São Pedro.

Segunda-feira (23) o atendimento continua em São Pedro de Joselândia até meio dia. Na terça-feira (24) o projeto estará na Fazenda São João, atendendo das 8 às 12 horas. Na quarta-feira (25), a equipe chegará à Pousada Arara Azul.

No dia 26 o Ribeirinho Cidadão vai para Porto Cercado. No dia 27, às 9 horas, inicia em Poconé a parte terrestre do projeto, com a apresentação dos trabalhos e a presença do presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha.

O encerramento desta edição do Ribeirinho Cidadão está marcado para o dia 6 de março.

(com assessoria)



Brasil doou 46,1 mil de toneladas de alimentos para regiões de risco, informa ministro Milton Rondó

SÍTIO SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 18.02.2015

O ano de 2014 foi marcado por debates sobre a questão da insegurança alimentar no mundo e pela perspectiva de o Brasil passar a ser o maior fornecedor de alimentos do planeta, nos próximos anos, à frente dos Estados Unidos. Para tanto, o País já está fazendo o dever de casa ao se solidarizar com regiões e nações que passam por dificuldades. A informação é do ministro Milton Rondó Filho, coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome no Ministério das Relações Exteriores.

Prova disso são os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que mostram que, entre janeiro e dezembro do ano passado, o Brasil doou 46,1 mil toneladas de alimentos. Foram 34 mil toneladas distribuídas para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, que também chegaram a outros países.

Conforme a Conab, as doações internas seguiram para comunidades de acampados (12.969 toneladas), de quilombolas (5.497 t), de terreiros (2.026 t), atingidos por barragens (2.335 t), indígenas (7.002 t), marisqueiras, caranguejeiras e pescadores artesanais (354 t) e vítimas de calamidades (653 t). Houve ainda 3.145 t entregues a demais comunidades.

Em relação à quantidade de cestas, a distribuição foram distribuídas 580 mil unidades para acampados, 253 mil para quilombolas, 92 mil para terreiros, 101 mil para atingidos por barragens, 310 mil para indígenas, 17 mil para marisqueiras, caranguejeiras e pescadores artesanais e 29 mil para vítimas de calamidades. Além destas, também foram destinadas 106 mil unidades a outras comunidades. Estas ações correspondem, segundo o órgão estatal, a aproximadamente 1,5 milhão de cestas doadas e um total de 353 mil famílias beneficiadas.

AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Em relação à ajuda humanitária internacional, 12,1 mil toneladas de alimentos foram destinadas a países que enfrentaram crises de abastecimento por causa do clima, entre outras adversidades. Estas doações foram realizadas para Cisjordânia (452 toneladas), Gaza (7.071 t), Nicarágua (600 t), Líbano (795 t), Síria (2.451 t) e Jordânia (731 t).

No final do ano passado, durante uma ação emergencial, o Brasil doou em torno de 6,4 mil toneladas de arroz, no valor de R\$ 6,3 milhões, e 4,6 mil toneladas de feijão (R\$ 7,1 milhões) para os três países afetados pela epidemia de Ebola – Guiné, Serra Leoa e Libéria.

“O Artigo 1º da Lei 12.429/2011 traz lista não exaustiva de países prioritários para as

CONT.



operações que, contudo, poderão beneficiar outros países mediante solicitação e posterior análise do pleito pelo Grupo Interministerial de Assistência Humanitária Internacional”, informa o ministro. “A Lei 13.001 de 2014 autoriza novos limites para cada um dos produtos a serem doados”, completa.

Rondó informa que os produtos e os quantitativos a serem doados constam no anexo da Lei 12.429 de 20 de junho de 2011 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12429.htm). De acordo com a lei, caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), “caso haja necessidade premente, autorizar o beneficiamento dos produtos em alimentos prontos para consumo humano; e disponibilizar, por intermédio da Conab, os produtos, livres e desembaraçados, dentro dos navios nos portos do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, de Santos, no Estado de São Paulo, de Paranaguá, no Estado do Paraná, de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, e de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, por meios próprios ou de terceiros, correndo todas as despesas decorrentes, inclusive na forma de equivalência em produto, à conta de dotações consignadas no orçamento da União”.

O ministro ainda explica que “nos termos da lei, as doações são efetivadas pela Conab e correm à conta de dotações orçamentárias da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”.

PAÍSES BENEFICIADOS

A Lei nº 12.429/2011 relata que a “União é autorizada a doar, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), ao Estado Plurinacional da Bolívia, à República de El Salvador, à República da Guatemala, à República do Haiti, à República da Nicarágua, à República do Zimbábue, à República de Cuba, aos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, à Autoridade Nacional Palestina, à República do Sudão, à República Democrática Federal da Etiópia, à República Centro-Africana, à República Democrática do Congo, à República Democrática Somali, à República do Níger e à República Democrática Popular da Coreia os produtos nos respectivos limites identificados no anexo desta lei, desde que não comprometa o atendimento às populações vitimadas por eventos socionaturais adversos no território nacional (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012)”.

O PMA

O Programa Mundial de Alimentação, vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), é a maior agência humanitária do mundo: em média, em cada ano, o PMA oferece alimentos a 90 milhões de pessoas pobres para satisfazer suas necessidades nutricionais, incluindo 58 milhões de crianças famintas, em 80 países mais pobres do mundo.

Programado para entrar em operação em 1963 como um programa experimental de três anos,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

o PMA erguia-se e corria antes de poder caminhar. Um terremoto atingiu o Irão em setembro de 1962, seguido por um furacão na Tailândia em outubro. Entretanto, a então recém independente Algéria reassentou 5 milhões de refugiados. Foram necessários alimentos urgentemente e o PMA forneceu, e desde então nunca mais parou.

Por equipe SNA/RJ.

Moradores cobram retirada de resíduos do Lixão de Perema

SÍTIO GLOBO.COM, 18.02.2015

*No aterro, o lixo deveria estar enterrado, mas fica a céu aberto.
Moradores reclamam de exposição a doenças.*



Lago foi formado por chorume e quando chove, água atinge rio (Foto: Reprodução/TV Tapajós)

Os moradores da comunidade Estrada Nova, em Santarém, oeste do Pará, estão incomodados com os transtornos ocasionados pelo “Lixão de Perema” e cobram providências do poder público para a retirada dos resíduos do local.

No aterro que fica as proximidades da comunidade Estrada Nova, os resíduos que deveriam estar enterrado ficam exposto a céu aberto e o mau cheiro incomoda os moradores. De acordo com eles, o local já deveria ter sido transformado em aterro sanitário, mas até o nenhuma providência foi tomada.

A presidente da comunidade Estrada Nova, Gilcilene Freitas, afirma que uma determinação expedida pelo MP e enviada à prefeitura fez um pedido de interdição do local, mas a solicitação não foi atendida. “Foi arquivado e queremos que volte. Estamos reivindicando, nos organizando para novamente lutarmos para que o lixo seja retirado de Perema”, contou.

Desde o início do ano, a Política Nacional de Resíduos Sólidos deveria estar sendo cumprida pelo município de Santarém, mas a situação ainda não mudou em Perema. No local, as pessoas dividem espaço com os urubus e ficam expostas a problemas de saúde.

Um lago foi formado por chorume e quando chove toda a água desce para um rio que fica a aproximadamente 1 km do lixão. “Então, as pessoas que sobrevivem da pesca, os pescadores, as famílias estão sendo atingidas diretamente e é incrível como o poder público não se manifesta, como ele não olha com carinho para várias famílias que estão sobrevivendo diretamente da pesca e da agricultura e é esse descaso com as famílias. É vida do ser humano, são vidas de crianças. O lençol freático está com certeza todo contaminado e como é que vai ficar a saúde dessas famílias daqui com dez anos, cem anos?”, questiona o autônomo Joilson Vasconcelos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

Em nota, a prefeitura de Santarém informou à TV Tapajós que serão implantadas medidas para o gerenciamento dos resíduos sólidos através de uma nova política para destinação dos resíduos, que inclui coleta seletiva, cujo projeto piloto será implantado no polígono central da cidade, em parceria com cooperativas de catadores, que já começaram a ser cadastrados.



Embrapa divulga nota informativa sobre os níveis dos rios da bacia do alto Paraguai-Pantanal

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 19.02.2015

No início desta semana, a Embrapa Pantanal lançou uma nota informativa sobre os níveis dos rios na bacia do alto Paraguai-Pantanal após as chuvas de fevereiro. De acordo com a nota, escrita pelo pesquisador da instituição Carlos Roberto Padovani, as fortes chuvas deste mês causaram um aumento nos níveis registrados em várias estações ao longo do rio Paraguai e afluentes. Um dos afluentes do rio Paraguai, por exemplo, o rio dos Bugres, registrou um pico de 4,13 metros no último dia 13, marcando um aumento de 2,80 metros em relação ao nível registrado no dia 04 (que foi de 1,33 metros).

O que geralmente ocorre em casos como esses, segundo Padovani, é que a frente de cheia influenciada pelas chuvas se propague pelo rio Paraguai. Em Bela Vista do Norte, por exemplo, o nível do rio deve aumentar em pelo menos um metro em relação ao nível registrado no dia 16 deste mês, passando de 3,95 metros para de 4,5 a 5 metros na metade de março. Ao final da publicação, o pesquisador recomenda cautela, principalmente, às populações ribeirinhas da região, considerando uma possível continuidade das chuvas fortes - "especialmente nas bacias das cabeceiras do rio Paraguai e Cuiabá".

Confira abaixo o texto integral da nota informativa escrita pelo pesquisador Carlos Roberto Padovani, da Embrapa Pantanal. Para mais informações, acesse a página GeoHidro-Pantanal no Facebook através do link:

<https://www.facebook.com/pages/Geohidro-Pantanal/593932390647332?fref=ts>

"NOTA INFORMATIVA

16 de fevereiro de 2015, 20:55 horas

Fevereiro chegou com mais chuvas que janeiro, caracterizado por temporais na bacia do alto Paraguai-Pantanal, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul. Caíram fortes chuvas de até 150 mm entre os dias 05 e 06 deste mês sobre a bacia do rio dos Bugres, afluente do rio Paraguai na região das suas cabeceiras no planalto (veja o álbum de chuvas fortes na GeoHidro-Pantanal). Depois do nível de 1,33 metros registrado no dia 04, o rio dos Bugres teve um pico de 4,13 metros no dia 13, na estação de Barra dos Bugres - um aumento de 2,80 metros em 9 dias.

Esse aumento já está causando a subida do nível do rio Paraguai em Cáceres, que pode chegar a um pico de 1 a 2 metros acima do nível registrado no último dia 16, de 3,44 metros, podendo chegar em torno de 4,5 a 5,5 metros nos próximos 10 a 15 dias.

CONT.



Como consequência, essa frente de cheia vai se propagar pelo rio Paraguai abaixo, podendo fazer com que o nível do rio Paraguai em Bela Vista do Norte aumente em pelo menos 1 metro acima do nível registrado no dia 16, de 3,95 metros, podendo chegar em torno de 4,5 a 5 metros na metade de março (valor similar ao da previsão do Serviço Geológico do Brasil - CPRM).

Atenção aos ribeirinhos para a continuidade das chuvas fortes, especialmente nas bacias das cabeceiras do rio Paraguai e Cuiabá. O rio Cuiabá em Cuiabá se encontra com níveis baixos se comparado aos últimos 4 anos. Porém, na estação de Porto Alegre, no Pantanal, este se encontra acima da cota de permanência de 50% devido às fortes chuvas que caíram na região do Paiaguás entre 23 e 26 de julho de 2014 (veja o álbum de chuvas fortes na Geohidro-Pantanal).

No Pantanal do MS, caíram fortes chuvas de até 270 mm entre os dias 05 e 07 de fevereiro na região do Miranda, Aquidauana, rio Negro, Abobral, rio Vermelho, baixa Nhecolândia, norte do Nabileque e rio Paraguai na região de Corumbá. Essas regiões, que estavam relativamente bem drenadas, receberam uma carga de chuva, favorecendo uma situação preocupante com relação à frente de cheia que virá do norte da bacia."



Pela primeira vez na história, SENAI oferece um curso dentro de uma terra indígena
SÍTIO CENÁRIO MT 19.02.2015

“Quero aprender informática para contribuir na comercialização da Castanha do Pará e assim ajudar a minha e as próximas gerações da nossa comunidade”, afirmou a estudante Tatieli Francisca Kawit. Ela faz parte de um grupo de 30 jovens das aldeias Apiaká, Kayabi e Munduruku que estão realizando o curso de Operador de Computador, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI - MT, dentro da Terra indígena Apiaká/Kaiabi, no Município de Juara. O curso começou em fevereiro e é o primeiro desse tipo em uma terra indígena.

O Senai-Juína, responsável pelos cursos na região, montou um laboratório dentro da aldeia, permitindo assim, que os jovens pudessem estudar sem percorrer grandes distâncias. O kit didático é composto de 20 notebooks e 10 computadores. Para a jovem Tatieli, o curso trará mais confiança e motivação. “O curso de informática contribuirá para que eu possa realizar um curso técnico em informática e futuramente uma faculdade. Quero trabalhar na assistência dentro da nossa comunidade”.

Para a gerente do Senai-Juína, Dayanni Santos, a educação é direto de todos e vale qualquer sacrifício. “Apesar da comunidade ser de difícil acesso, precisávamos garantir esse direito, promover a inclusão social e levar formação para todos”. Para isso, o Senai-MT firmou parceria com o Projeto Cultivação, executado pela Associação das Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA) e patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental e o Projeto Sentinelas da Floresta patrocinado pelo Fundo Amazônia.

“Acreditamos que o projeto de inclusão digital para a comunidade indígena é uma ação sustentável e capaz de dar a estas pessoas o acesso a novas oportunidades e conhecimento. O curso vai colaborar para o desenvolvimento da comunidade, levar motivação e incentivá-los para inserção de grupos no mercado de trabalho”.



Cheia é problema em Rondônia e seca afeta Roraima

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19.02.2015

Agência Brasil

Enquanto moradores de Porto Velho, capital de Rondônia, correm o risco de ficar desabrigados pela cheia do Rio Madeira que já toma algumas áreas, em Roraima quatro municípios já têm situação de emergência decretada devido à estiagem que afeta o estado.

Segundo o secretário adjunto de Programas Especiais e Defesa Civil de Rondônia, coronel José Pimentel, ao menos 60 famílias correm o risco de ter as casas inundadas pela água. "Estamos fazendo o monitoramento para retirar essas pessoas dos locais de risco com antecedência e trabalhando na manutenção de estradas alternativas para o transporte de cargas a fim de evitar o isolamento do Acre."

De acordo com o engenheiro Franco Buffon, do Serviço Geológico Brasileiro, o volume do Rio Madeira já está acima da média para esta época do ano, que é 14 metros, e deve continuar subindo até o final de março, época de pico nas cheias do rio.

"Atualmente, o nível do rio está em 15,78 metros. Ainda que esteja estabilizado nessa altura há mais ou menos duas semanas, avaliamos que, até o final do próximo mês, época de pico na cheia do rio, ele já tenha passado os 16 metros", disse Buffon.

Ele ressalta que dificilmente o rio vai chegar ao nível que atingiu no ano passado, 19 metros, na maior cheia desde 1967. "Mas até agora ele já está se configurando para chegar ao segundo registro mais grave de cheias."

Em Roraima, os municípios de Mucajaí, Iracema, Alto Alegre e Amajari tiveram situação de emergência decretada na sexta-feira (13) devido à estiagem que atinge a região, e outros quatro enfrentam dificuldades semelhantes: Cantá, Bonfim e Normandia e Caracaraí (na parte norte).

Segundo o coronel Cleudimar Ferreira, da Defesa Civil estadual, para driblar a dificuldade, o governo de Roraima vai disponibilizar máquinas retroescavadeiras para captar águas das regiões afetadas. A chuva do ano passado não foi suficiente para normalizar o volume d'água dos rios. "Alguns igarapés da região estão completamente vazios. Máquinas de retroplanagem já estão nessas regiões para amenizar a falta d'água e limpar locais de bebedouro para o gado. Por enquanto, é o que podemos fazer", disse Ferreira.

Quanto às comunidades indígenas de Amajari e aos agricultores de Iracema, que estão sem água potável para consumo humano, o coronel informou que carros-pipas estão sendo providenciados.



Indígenas que ocupam bairro em Manaus fazem acordo temporário

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 19.02.2015

Comunidades indígenas de 12 etnias se reuniram na sede da Procuradoria Geral do Município (PGM) de Manaus (AM) para discutir uma reintegração de posse decretada liminarmente pela Justiça Federal. Os nativos ocupam terras do bairro Tarumã e foram acompanhados pela Defensoria Pública da União durante o evento.

"A melhor solução nessas situações é através de consenso e não de uma determinação de forma impositiva. Por isso a ideia de todas as instituições que podem colaborar iniciarem um diálogo dentro do processo", sugeriu Edilson Santana, defensor público federal, propondo uma conciliação na audiência do próximo dia 23 na Justiça Federal.

Já o procurador-geral Marcos Cavalcanti e o subprocurador Rafael Albuquerque acreditam que o interesse do município fica restrito à preservação da área verde que não se sabe, atualmente, a quem pertencem as terras ocupadas: "Nós vamos acatar sua sugestão de suspensão sem obrigação adicional para o município e, com o fundamento do prazo da suspensão por prazo razoável, estabelecer uma perícia para saber se a área é do Estado, do particular ou se a área verde que deriva da área do loteamento está ocupada", disse Cavalcanti.

O Ministério Público Estadual é o único que continua a se opor à suspensão da reintegração.

Existem três processos, atualmente em trâmite na Justiça Federal no Amazonas, tendo como autores um particular, que visa a recuperar a suposta posse do terreno ocupado, o município de Manaus, que visa à responsabilização por supostos danos ambientais ocasionados pela comunidade, e o Ministério Público do Estado do Amazonas, para resguardar o uso do solo conforme legislação municipal.

A DPU no Amazonas, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal da Funai atuam em defesa das comunidades indígenas. A terra ocupada, denominada como Parque das Nações Indígenas ou Paraíso Tropical, está ocupada desde 2011.

Um estudo da Secretaria de Estado de Política Fundiária verificou a sobreposição de domínios da terra, inclusive, com área possivelmente pertencente ao estado do Amazonas.

Além da atual tentativa de solução administrativa, a DPU ajuizou, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no último dia 9, agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo da decisão liminar que determinou a retirada das famílias da área até que se definam os limites e domínio público ou privado daquelas terras ou que o Poder Público apresente alternativas para a realocação das famílias. Com informações da Assessoria de Imprensa da DPU.



PEC que dá ao Congresso decisão final sobre terras indígenas voltará a ser analisada
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 19.02.2015

Proposta foi desarquivada por pressão dos ruralistas. Conselho Indigenista Missionário teme insegurança jurídica e aumento da violência

São Paulo – A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que dá ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, foi desarquivada na última sexta-feira (13) e voltará a ser analisada na Câmara dos Deputados a partir da próxima semana.

A PEC havia sido arquivada no final do ano passado por causa do fim da última legislatura e voltará à pauta após um pedido pessoal do deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), que coordena a frente parlamentar da agropecuária e é um dos mais influentes representantes da bancada ruralista do Congresso. Atualmente, a atribuição de demarcações de terras indígenas é do Executivo.

Desde o final de 2013, a PEC 215, que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, passou a ser analisada por uma comissão especial com representantes do governo, parlamentares, agricultores e povos indígenas, organizados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Os indígenas conseguiram evitar a votação da proposta, entretanto, com a pressão dos ruralistas a disputa deve ser reiniciada.

Cléber Buzatto, secretário do Cimi, disse à TVT que a aprovação da PEC alcançaria o objetivo pretendido pelos ruralistas de "impedir toda e qualquer nova demarcação das terras indígenas no país e, além disso, eles também preveem a possibilidade de questionar e reabrir procedimentos de demarcação", e traria como consequência a instabilidade jurídica e o potencial aumento da violência contra povos indígenas.

A expectativa dos representantes dos povos indígenas é conseguir, nos próximos dias, um encontro com o presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pelo rearquivamento da PEC 215. Caso a proposta permaneça na pauta e seja aprovada pela comissão especial, ainda terá de ser votada em dois turnos, no plenário da Câmara.



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

OAB: VI Conferência Internacional de Direitos Humanos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



OAB

Uma oportunidade única de efetuar uma análise global do sistema internacional dos Direitos, abordando questões que vão dos mecanismos de proteção dos direitos dos homens às violações de direitos humanos nas fronteiras da Amazônia.

Para mais informações, clique [AQUI](#).

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Elen Pessôa.

Situação dos quilombolas no Vale do Ribeira é discutida em reunião

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



Defensoria Pública da União

A atuação da Defensoria Pública na defesa dos interesses dos quilombolas que vivem na região do Vale do Ribeira (SP) pautou reunião, realizada na terça-feira (11), entre a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras – Vale do Ribeira (Eaacone), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo em Registro (SP) e a Defensoria Pública da União (DPU) em São Paulo. Foram discutidas estratégias de aproximação da DPU com as comunidades, assim como a viabilização de atuação à distância com o apoio da Equipe de Articulação e da Defensoria Estadual.

O atendimento de demandas federais das comunidades vinha sendo realizado pela DPU em Santos e São Vicente, atuante na Subseção Judiciária de Santos, a partir das demandas das comunidades quilombolas, com intermediação da Eaacone. Porém, desde 2014, com a instalação da Vara Federal em Registro e a alteração da jurisdição do Vale do Ribeira, o atendimento das comunidades passou a ser realizado pelos escritórios de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da DPU em São Paulo, por não existir unidade da instituição em Registro.

“A visita foi muito proveitosa, pois a Defensoria Pública da União precisa de parceiros na sociedade civil e nos outros órgãos públicos, para expandir sua atuação e atingir a população que mais necessita de seus serviços”, afirmou Mariana Preturlan, defensora pública-chefe em São Paulo. Participou também da reunião o defensor federal João Freitas de Castro Chaves.

CONT.



Além da atuação judicial nos processos que foram remetidos de Santos a Registro, a DPU em São Paulo acompanha o andamento dos processos administrativos de regularização fundiária com participação na Mesa de Conciliação Permanente mantida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado.

Causa quilombola

Atualmente, o Vale do Ribeira é a região com maior concentração de comunidades quilombolas em São Paulo – aproximadamente 30 – concentradas em diversos municípios como Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo. São inúmeras as demandas federais, em especial em relação à regularização fundiária dos territórios pelo Incra, uma das principais bandeiras da DPU na defesa de comunidades vulneráveis.

Vale do Ribeira

Localizado no sul do Estado de São Paulo e norte do Paraná, o Vale do Ribeira abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Em área de 2,8 milhões de hectares, na qual estão 31 municípios – nove paranaenses e 22 paulistas – vive uma população de mais de 480 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2000. Outros 21 municípios no Paraná e 18 em São Paulo estão parcialmente inseridos na bacia do Ribeira.

A região abriga 21% dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no Brasil e apresenta importante diversidade ecológica, com florestas, remanescentes de restingas e de manguezais. No entanto, apesar do alto grau de preservação de suas matas, o Vale do Ribeira é uma das regiões mais pobres de São Paulo e do Paraná. Seus municípios possuem índices de desenvolvimento humano inferiores às respectivas médias estaduais.

Em 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) considerou como Patrimônio Natural da Humanidade a Reserva de Mata Atlântica do Sudeste, constituída por 17 municípios do Vale do Ribeira. As áreas preservadas da região não se encontram apenas nos parques e estações ecológicas, mas também em terras indígenas, quilombolas e nos bairros rurais, onde predomina a pequena agricultura de subsistência. Habitam a área também comunidades caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais.

* Com informações do site Quilombos do Ribeira.

Foto: Marina Santos Moraes K.

Comunidades indígenas de ocupação urbana conseguem acordo temporário no AM
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



Defensoria Pública da União

Comunidades indígenas de 12 etnias que ocupam terras no bairro Tarumã de Manaus reuniram-se na sede da Procuradoria Geral do Município (PGM) para discutir reintegração de posse decretada liminarmente pela Justiça Federal. A Defensoria Pública da União (DPU) no Amazonas participou do evento.

Durante o encontro, o procurador-geral do município, Marcos Cavalcanti, comprometeu-se a requerer a suspensão do processo da Justiça Federal, a fim de possibilitar a solução consensual do caso ou até o esclarecimento do domínio da área.

O evento reuniu representantes das comunidades indígenas – defensor público federal Edilson Santana, defensor público estadual Maurílio Maia -; o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus, Edvaldo Oliveira; e o procurador federal junto à Funai no Amazonas, Carlos Alberto Barreto, que viabilizou o encontro.

CONT.



O defensor público federal Edilson Santana propôs a tentativa de um consenso na audiência do próximo dia 23 na Justiça Federal, marcada inicialmente apenas para definir como se daria a retirada das famílias indígenas. "A melhor solução nessas situações é através de consenso e não de uma determinação de forma impositiva. Por isso a ideia de todas as instituições que podem colaborar iniciarem um diálogo dentro do processo", sugeriu Edilson Santana.

De acordo com o procurador-geral Marcos Cavalcanti e o subprocurador Rafael Albuquerque, o interesse do município se restringe à preservação da área verde. Atualmente, não se sabe a quem pertencem as terras ocupadas pelos indígenas. "Nós vamos acatar sua sugestão de suspensão sem obrigação adicional para o município e, com o fundamento do prazo da suspensão por prazo razoável, estabelecer uma perícia para saber se a área é do Estado, do particular ou se a área verde que deriva da área do loteamento está ocupada", disse Marcos Cavalcanti.

Caciques indígenas das etnias Miranha e Mura também estiveram presentes na reunião. "Gostaríamos de agradecer a compreensão e sensibilidade de vocês para que não sejamos despejados de uma maneira desumana, afinal temos várias crianças, idosos, nosso pajé. Muito obrigado", agradeceu o cacique Miranha José Augusto.

Em conversa posterior com o procurador da República no Amazonas Fernando Soave, que não pôde comparecer à reunião, o defensor federal Edilson Santana esclareceu os termos firmados com a PGM. O Ministério Público Estadual é o único que continua a se opor à suspensão da reintegração.

Ação Civil Pública

Existem três processos, atualmente em trâmite na Justiça Federal no Amazonas, tendo como autores um particular, que visa a recuperar a suposta posse do terreno ocupado, o Município de Manaus, que visa à responsabilização por supostos danos ambientais ocasionados pela comunidade, e o Ministério Público do Estado do Amazonas, para resguardar o uso do solo conforme legislação municipal.

A DPU no Amazonas, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal da Funai atuam em defesa das comunidades indígenas. A terra, denominada Parque das Nações Indígenas ou Paraíso Tropical, está ocupada desde 2011.

Em estudo realizado pela Secretaria de Estado de Política Fundiária verificou-se a sobreposição de domínios da terra, inclusive, com área possivelmente pertencente ao Estado do Amazonas.

Além da atual tentativa de solução administrativa, a DPU ajuizou, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no último dia 9, agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo da decisão liminar que determinou a retirada das famílias da área até que se definam os limites e domínio público ou privado daquelas terras ou que o Poder Público apresente alternativas para a realocação das famílias.

Foto: Rúbia Balbi – DPU/AM.

Aos 24 anos, indígena Umutina é o 1º a ingressar em mestrado na UFSCar
SÍTIO GLOBO.COM, 19.02.2015

*Lennon Ferreira Corezomaé busca ajudar sua aldeia por meio dos estudos.
Ele foi o 1º indígena a concluir o curso de Educação Física na universidade.*



Lennon Corezomaé será o primeiro indígena a cursar mestrado na UFSCar (Foto: Lidiane Volpi/UFSCar)

Aos 24 anos, o estudante Lennon Ferreira Corezomaé será o primeiro estudante indígena a cursar um mestrado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Ele também foi o primeiro indígena a concluir o curso de Licenciatura em Educação Física na universidade, sendo aprovado logo em seguida para uma pós-graduação em Educação. De origem humilde, o rapaz busca ajudar a questão indígena, sem perder suas raízes por conta de sua vivência nos centros urbanos. Sua pesquisa, intitulada 'Escola Indígena: compreendendo os processos educativos relacionados à afirmação da identidade Umutina' tem como objetivo entender, a partir do olhar de seu povo, a valorização da identidade transmitida pelas aulas.

Da etnia Umutina Bala Tiponé, o jovem é filho mestiço de pai indígena e mãe não-indígena e nasceu em uma aldeia na região centro-oeste do Mato Grosso, a 180 quilômetros de Cuiabá (MT). "Minha mãe não é indígena, mas está muito ligada às aldeias. Ela é professora e por isso

CONT.



acabei indo morar em lugares muito distintos. Quando ela deu aulas no Maranhão, em outra aldeia indígena, acompanhei ainda pequeno. Em seguida, fomos para uma aldeia no Mato Grosso e ficamos lá por algum tempo. Depois, morei em Rondonópolis e estudei em uma escola pública municipal até voltar para a minha aldeia e terminar os estudos em casa”, relatou.

Lennon explicou que, a partir de sua trajetória, passou a compreender melhor a importância da identidade Umutina e como a escola indígena a constrói. “Há uma forte relação da escola com a identidade e por meio do meu projeto de mestrado vou estudar esse elo. A nossa escola, a Escola Indígena Jula Paré, é uma das poucas que possui um projeto político e pedagógico. Minha intenção agora é a de descobrir o que é importante para a formação dessa identidade e, a partir disso, pensar em projetos para outras escolas indígenas, quem sabe”, disse.

Indígenas

O estudante relatou que sua maior vontade é a de ajudar a questão indígena e, acima de tudo, levar inspiração para quem deseja seguir o mesmo caminho trilhado por ele. “Se meu projeto der certo, posso acabar influenciando em algo que ajude a nossa causa ou até abra algum caminho. Minha ideia é pegar o conhecimento e levá-lo de volta para a tribo. Além de organizar outras escolas indígenas, também podemos aprender sobre o que somos capazes de melhorar na nossa. Pretendo incentivar, pois também fui incentivado. Todos nossos professores da aldeia são indígenas e passaram por uma formação”, contou.

“A maioria dos nossos docentes teve formação com projetos de magistério para indígenas e sempre nos incentivaram a fazer uma graduação. Tenho dois tios que são professores e me contaram sobre as dificuldades de ser um indígena em cursos assim. Mesmo assim, afirmaram que para eles foi muito gratificante, pois puderam levar conhecimento para a aldeia, o que mudou totalmente nossa rotina”, pontuou.

“Temos que saber levar, não é chegar levando o conhecimento do não-indígena e querer mudar tudo. Por isso, acho importante mantermos o contato com a aldeia. O nosso pensamento aqui pode não ser o mesmo pensamento de lá, pois tivemos contato com outra realidade e pensamos de forma diferente. Temos que observar e ouvir o que querem de nós para melhorarmos nossa vida. Não tenho essa intenção de mudar as coisas, pois a partir desse conhecimento que adquirimos, conseguimos nos manter de uma forma melhor. Por exemplo, no caso de uma lei nova, podemos interpretá-la nós mesmos, e não depender de terceiros”, avaliou.

Conquista e dificuldades

Sobre o ingresso no curso de mestrado, o indígena afirma que ficou muito feliz, pois a vitória também pertence a outras pessoas. “Eu sabia que era possível, tive receio, mas muitas

CONT.



peessoas me apoiaram durante a graduação e pude aprender muito. Quando vi meu nome como aprovado, pensei nisso como uma conquista de muita gente, desde meu povo até os amigos e professores daqui que me ajudaram nesse caminho. As pessoas que trilharam essa história antes de nós também incentivam. Esse talvez seja o meu maior legado, pois as pessoas podem ter um impulso ao conhecerem minha trajetória. Mesmo que eu não faça nada, apenas o fato de eu ter passado para o mestrado pode impulsionar alguém”, ponderou.

De acordo com o jovem, no entanto, dificuldades também surgiram durante a mudança da aldeia para cidade. “Sair de casa já é difícil. O pessoal da aldeia acha distante e não sabe o que a gente vem fazer aqui e o que pode sair disso. Os mais velhos não entendem o conhecimento que podemos levar, então é difícil virmos para cá. Viemos, mas a saudade no começo é muito forte. O tempo de vida é muito diferente, pois aqui é muito acelerado, as pessoas fazem as coisas rápido. Até na questão de conversas, as pessoas já respondem com rapidez. Na aldeia temos um tempo nosso, diferente. No começo também houve a questão da leitura e da escrita, mas uma professora ajudou bastante com um curso voltado para indígenas. Alguns de nós tem problemas com moradia, alimento, mas para mim foram apenas essas as dificuldades”, completou.

De acordo com Lennon, sua conquista deixa evidente a importância das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, que ajudam que indígenas e não-indígenas aprendam entre si e troquem conhecimentos. “Quando as pessoas olham para nós, indígenas, existem vários tipos de olhares. Tem o olhar de interesse, o de curiosidade, o de espantamento e o de estranheza também. Cada um reage de uma maneira, mas posso dizer que nunca fui vítima de preconceito durante o tempo em que estive na universidade. Se fizeram algo, foi muito implícito. Outros indígenas vieram da minha aldeia, mas no caso deles não posso afirmar que tenha sido da mesma maneira”, falou.

Cultura

Por estar inserido em outra cultura, o jovem e seus companheiros de aldeia fazem o máximo para não se esquecerem das tradições e, principalmente, da cultura de seu povo. “Entre nós, tentamos falar o idioma próprio da aldeia para não perdermos a prática, além de cantarmos músicas e fazermos outras atividades ligadas à nossa cultura. Isso tudo acontece apenas quando estamos com outros indígenas. Já na questão da pintura e os adornos, sempre tentamos manter alguma coisa. Eu acho bonito, mas podemos ser discriminados também, pois muita gente acha estranho. Em qualquer etnia, os adornos são utilizados para festas e comemorações, mas alguns podem ser utilizados no dia a dia. A formatura para mim foi uma situação de festa e de batalha, por isso usei acessórios indígenas ao invés da beca tradicional”, comentou o estudante.

A respeito do distanciamento da mentalidade adquirida nos últimos anos em relação ao modo de funcionamento da aldeia, Lennon afirma que não será influenciado. “Não tenho medo de perder as tradições, pois nunca me distanciei de lá. Sempre visito no meio e no fim do ano,

CONT.



para não perder o modo de pensar e o contato. Nunca vou deixar de ser um Umutina. Talvez não nos pintemos mais e não usemos os adornos como sempre, mas sabemos fazer e sabemos o significado de tudo isso. Uma pessoa olha para mim e sabe que sou um índio. Mesmo que queira ser outra pessoa, sou um indígena e tenho orgulho disso”, comentou.

Família

Casado, Lennon explica que ele e a mulher vieram juntos da aldeia e desde então dividem uma casa na cidade de São Carlos. Ambos estão certos de que vão voltar para casa assim que concluírem os estudos. “Em dois anos vamos terminar de estudar e voltamos para casa. Ela vai concluir o curso de biblioteconomia e eu vou ter terminado meu mestrado. Vamos sair juntos, pois viemos juntos. Ela foi minha companheira durante toda a trajetória”, comentou.

Do casamento, veio o primeiro filho do casal, hoje com três meses. O estudante explica que já tem planos para o filho, mas apenas o amadurecimento da criança é que fará com que se concretizem. “Minha vontade é que ele cresça na aldeia, mas quando crescer só ele pode decidir os passos dele. Quero que ele estude, faça o ensino médio e, se quiser, faça a graduação. Se ele preferir defender a cultura fortemente, ser uma liderança indígena, tudo bem. O que ele desejar e quiser fazer de coração, vamos aceitar”, finalizou.

Justiça reconhece que Morro dos Cavalos é terra Guarani

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



Por Cimi Sul

“Não consegui em voz falar ainda sobre o que esta conquista significa para nós, existe um nó dentro do peito que não me permite soltar esse grito”, assim manifestou-se Kerexu Yxapyry – Eunice Antunes -cacique da TI Morro dos Cavalos (SC) após saber a decisão judicial, do juiz Federal da Vara Ambiental de Florianópolis que confirmou a Portaria Declaratória e reconheceu o Morro dos Cavalos como terra tradicionalmente ocupada. Para a comunidade Guarani não é novidade, porque esta já é a terceira vez que os contrários entram com ação judicial e perdem, mas cada uma delas é comemorada, porque confirma a palavra Guarani. Agora só falta a presidenta Dilma Rousseff assinar a Homologação, tanto esperada pela comunidade.

A ação popular nº 2009.72.00.002895-0 (SC) / 0002895-98.2009.404.7200 que tramitava desde março de 2009 pretendia anular o processo demarcatório da terra indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça – SC. O autor, um comerciante da região, distante da TI, alegava a “inexistência de tradicionalidade exigida pelo artigo 231 da Constituição Federal, por flagrante

CONT.



lesão ao direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como lesão grave ao patrimônio público e ambiental.”. Fazia uso de argumentos preconceituosos e racistas, “que os índios são de origem paraguaia e que não seria justo que, sob o argumento de que “guarani é tudo igual” venham os integrantes da FUNAI e das ONGs regularizar no Brasil terras para etnias tradicionais do Paraguai e da Argentina, incentivando, com isto, a imigração ilegal de indígenas aculturados e mestiços”.

Na decisão o Juiz federal reconheceu que Morro dos Cavalos é de ocupação tradicional Guarani há décadas e “não cabe no presente momento desqualificar tal comunidade com adjetivos preconceituosos, chamando-os de paraguaios e aculturados, para o fim de tentar retirar os seus direitos garantidos constitucionalmente. Não existe uma cultura inferior, como quer fazer crer a parte autora. Ao contrário, existem culturas que merecem uma proteção especial, garantida constitucionalmente, a fim de que não venham a se extinguir no futuro”.

Reconheceu também que o princípio da ampla defesa foi observado, uma vez que o procedimento administrativo seguiu todos os trâmites previstos no Decreto 1775/96 e também observou que a presença Guarani na região não impacta ao meio ambiente, como argumentava o autor da ação: “todos os laudos antropológicos reconheceram que a cultura guarani possui um elevado respeito pelo meio ambiente, não havendo motivos para a preocupação.”

Morro dos Cavalos

A TI Morro dos Cavalos, localiza-se no município de Palhoça (SC), ocupa uma área de 1.988 ha. Atualmente a população é de 190 pessoas e 34 famílias, onde mais de 50 % da população são crianças de 0 a 14 anos. Situa-se entre a serra e o mar, numa região rica em biodiversidade. Apesar de grande parte dela ser de morro, para os Guarani é uma área estratégica, lugar de passagem e de moradia, lugar que faz a junção entre os vários ambientes no território Guarani.

A área foi reconhecida em 2002, tendo sido publicada a Portaria Declaratória apenas em 2008. Desde então foi concluída a demarcação física e apenas quatro, das 74 famílias de posseiros, foi indenizada. Na audiência realizada no Ministério da Justiça em novembro de 2013, o Ministro José Eduardo Cardoso, pediu paciência à cacique Kerexu Yxapyry – Eunice Antunes, alegando que os “astros estão concluindo contra”. Espera-se agora que ao menos a Justiça esteja confluindo a favor o Ministro se empenhe pela homologação.

Contra a demarcação estão interesses da especulação imobiliária, que deseja a terra para a edificação de resorts. O governo do estado tem se empenhado em questionar a TI, inclusive ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal, ação ainda não julgada.

As palavras da cacique ecoam na serra e no mar, na esperança de serem ouvidas pelos responsáveis pelo cumprimento das leis: “Nunca desisti de lutar para a conquista do nosso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

espaço. Jamais desistirei. Pois acredito que quem é liderança não luta por si só, mas luta por algo que lhe recompense em ver o seu povo bem. O seu povo em paz, as suas crianças felizes sonhando com um futuro bem melhor. Hoje não dá pra falar vou apenas escrever, em silêncio, porque é assim que recebo a minha sabedoria, desarmada em silêncio e andando para frente sempre. Ha'évete. Aguyjevete!"

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2015

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Osmarina Kerexu.

UHE São Manoel: compensação ou troca troca?
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



Telma Monteiro

Olha aí, mais uma vez. Agora é o pacote de bondades do consórcio da UHE São Manoel. Seção troca troca. Funciona assim: vocês (a sociedade local) nos deixam construir a hidrelétrica que está a menos de 500 m da terra indígena, que vai destruir o rio Teles Pires, os locais sagrados da cultura indígena, que vai sumir com as espécies de peixes, que vai impactar a biodiversidade de forma irreversível, que vai desmatar, que vai tornar um inferno suas vidas e nós vamos fazer o papel do Estado “doando” aquilo que a população tem direito e não tem acesso. Já chega!

O que ninguém diz é que esse custo da distribuição de “benesses” está embutido no custo do empreendimento e que, além de pagar os impostos que teoricamente serviriam para suprir essas necessidades, a sociedade acaba pagando mais caro pela energia gerada, portanto duas vezes. É preciso parar com essa aceitação tácita em torno de obras que não vão compensar, jamais, com as “doações”, os impactos que afetarão, para sempre, milhares de pessoas e o ambiente em que vivem.

Foto: obras da UHE São Manoel, Constran

Leia mais detalhes em:

[“Hidrelétrica São Manoel faz entrega de parte dos equipamentos pactuados no PACM”](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 30/2015

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.

Documentário sobre conflitos em comunidades pesqueiras será lançado no Recife
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015

Documentário realizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), "Vento Forte" será lançado no Recife no próximo dia 23, no cinema da Fundação Joaquim Nabuco



Conselho Pastoral dos Pescadores

A produção surge na necessidade em denunciar de forma mais ampla como o avanço da aquicultura empresarial, do turismo predatório e dos grandes projetos impacta comunidades pesqueiras de todo país, negando seus direitos e criando conflitos em seus territórios.

Para a secretária executiva do CPP, Maria José Pacheco, esse será um importante instrumento de luta política. Ela alerta para os riscos que o modelo neodesenvolvimentista traz para os pescadores e as pescadoras artesanais.

"Esse modelo passa por cima das comunidades só visando o lucro. As empresas chegam e levantam resorts e portos ameaçando o sustento de milhares de pessoas. Inclusive, já existem

CONT.



movimentos para privatizar águas públicas em diversas regiões. Esse momento é de luta para os pescadores e as pescadoras e o vídeo contribui muito para o processo”, explicou.

Para Severino dos Santos, que atua no CPP Nordeste, esses impactos podem ser visto com a ampliação do Porto de Suape em Pernambuco. “A produção pesqueira nos arredores do Porto está bastante prejudicada, o modo de vida das comunidades vem sendo ameaçado, e o documentário denuncia isso”, pontua.

O lançamento contará com a presença do Movimento de Pescadores e Pescadoras Antenais (MPP), que animará um debate após a exibição do filme. Na ocasião também serão coletadas assinaturas de adesão à Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Serviço:

Lançamento do documentário Vento Forte

Dia 23 de fevereiro, às 19h.

Cinema da Fundação Joaquim Nabuco – Rua Henrique Dias, 609.

Entrada gratuita.

Milícia anti-indígena sequestra e tortura jovem Kaiowá em Naviraí (MS)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



Matias Rempel - Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Segundo denúncia realizada junto ao Ministério Público Federal (MPF), na manhã do último dia 7, um jovem Kaiowá de 17 anos foi sequestrado por um grupo armado, nas imediações de Naviraí (MS), e submetido a sessões de tortura – espancamentos e pressão psicológica. O indígena vive em acampamentos que compõem a Terra Indígena Santiago Kue, localizados às margens da BR-163, trecho que liga as cidades de Juti e Naviraí.

Tal contexto reforça a existência de milícias armadas com intuito de atacar comunidades indígenas e suas lideranças. Não é a primeira vez que tais indícios reforçam algo que já não é mais uma tese, mas possui elementos concretos. A finalidade desses bandos criminosos é a de impedir os indígenas de terem acesso a seus territórios tradicionais, sobretudo aqueles já demarcados ou identificados pela Funai.

Segundo o relato que acompanha a denúncia, o relógio marcava 11 horas da manhã quando o

CONT.



jovem Kaiowá voltava da cidade de Naviraí, caminhando ao longo da BR-163, após a jornada cotidiana de trabalho. Quando passava pelo trecho que fica em frente à fazenda conhecida na região como “Central”, próxima ao posto da Polícia Rodoviária Federal, foi abordado violentamente por um grupo armado constituído de aproximadamente 20 homens, que estavam em um comboio composto por duas caminhonetes Hilux, uma preta e uma branca, quatro carros populares e mais duas motos.

Com os veículos, rapidamente os jagunços cercaram o jovem, que ficou sem nenhum poder de reação ou possibilidade de fuga. Os jagunços lhe mostraram as armas, que portavam na cintura. O jovem então foi levado por cerca de 01 Km para dentro das terras pertencentes à fazenda Central. Atrás de uma pequena picada de mato, com acesso a uma barragem, o grupo estacionou. Os jagunços fotografaram o rosto do indígena e passaram a lhe indagar a respeito do nome e aparência das lideranças da aldeia Kurupi.

Sob terror e tensão, o jovem Kaiowá apenas afirmava que não pertencia a referida comunidade. Era o que conseguia dizer. Os jagunços então passaram a espancá-lo e apontaram contra ele o cano das armas, mandando por mais de uma vez que se ajoelhasse para ser executado. De tempo em tempo, apontavam para a barragem dizendo ao indígena que o atariam às pedras e assistiriam a seu afogamento. A violência era para o Kaiowá “cooperasse”. O martírio durou mais de seis horas. Após muitas outras juras de morte, incluindo as lideranças Kaiowá da região, o jovem foi deixado no local. O bando criminoso evadiu-se.

Jagunços monitoram e atacam

O histórico de violência contra as aldeias do entorno de Naviraí evidencia que o atentado não foi por acaso, e nem se tratou de uma ação isolada. Pelo contrário, é infelizmente uma ação padrão de jagunços contratados pelos fazendeiros da região. Tudo indica que existe de fato um grupo que há tempos está constituído como uma milícia armada e que tem rondado a região para impedir o avanço dos indígenas na retomada de seu território tradicional.

Segundo narram indígenas que pedem para não serem identificados, os jagunços têm realizado um forte cerco intencional sobre as comunidades. Observam em piquetes na estrada, sobretudo próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, a movimentação em toda a região. Do monitoramento resultam tais ações criminosas. Os indígenas afirmam que os jagunços sondam cotidianamente todos os integrantes da aldeia e dos acampamentos que ficam no entorno da fazenda Central. Monitoram e investem contra os indígenas.

A comunidade de Kurupi há tempos vem denunciando, sem efeito, os atentados sofridos. Em outubro do ano passado, houve a tentativa de sequestro de um indígena cadeirante por parte dos jagunços. Leia mais aqui.

A região apresenta diversos casos de ataques e inclusive torturas realizadas contra indivíduos

CONT.



e comunidades indígenas. Os Kaiowá denunciaram estes fatos e ao mesmo tempo solicitaram que as autoridades solicitassem a força policial para fazer ronda no local. O intuito é garantir um pouco de segurança para as comunidades. Nada foi feito até o momento.

Em outubro do ano passado, o Cimi denunciou uma onda de ameaças advindas de fazendeiros da região com o intuito claro de desmobilizar a luta dos indígenas pela reconquista de seu território tradicional – áreas de onde os indígenas foram sistematicamente expulsos por estes mesmos fazendeiros e familiares no passado. Leia mais aqui.

Sem leilões, mas com milícias:

Em meados de 2013, começou a circular de forma aberta e pública a informação sobre a realização dos “Leilões da Resistência”, organizado por fazendeiros e sindicatos rurais do Estado do Mato Grosso do Sul. Os organizadores anunciavam orgulhosos que os fundos arrecadados com a venda de gado seriam utilizados para a contratação de segurança privada e compra de armamentos. A Justiça entendeu o leilão como uma forma de injetar recursos em formação de milícia.

A revoltante iniciativa gerou uma onda de denúncias e de grande mobilização por parte do movimento indígena e de seus apoiadores. Por decisão judicial, a realização do leilão foi impedida. A despeito da decisão, os fazendeiros o realizaram. Todavia, a decisão foi a de que o montante arrecadado, cerca de 1 milhão de reais, fosse depositado em juízo e com a utilização vinculada a aprovação das comunidades indígenas.

Pode-se dizer que esta fundamental medida conseguiu brecar a face pública da formação das milícias anti-indígenas, porém trata-se de um ledor engano acreditar que a Justiça conseguiu impedir que na prática, no submundo das ações criminosas, os fazendeiros e ruralistas, dotados de grandes poder econômico, oriundos, sobretudo, da exploração ilegal das terras indígenas, continuem com a arregimentação de jagunços para consolidar a expulsão dos povos originários dos seus territórios tradicionais por meio da força. Chamam a isso de segurança privada.

O caso ocorrido em Santiago Kue é uma boa demonstração de que as milícias continuam sendo formadas e patrocinadas pelos senhores do agronegócio. Conforme apuração da Procuradoria Geral da República (PGR) de Ponta Porã, o assassinato de Nísio Gomes Guarani Kaiowá se deu sob tais circunstâncias. Sob a roupagem de seguranças privados, os fazendeiros continuam organizados. Soma-se a isso a política do governo federal de paralisação das terras indígenas e a intenção da mudança do procedimento de demarcação. Dessa forma, sentem-se os inimigos dos povos indígenas livres para praticar verdadeiros absurdos contra a vida, o bom senso, a Justiça, a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Como tudo indica, nas bordas de Naviraí, uma destas milícias armadas domina geograficamente a região habitada secularmente pelo povo Kaiowá, e de onde estes jamais

CONT.



sairão. Praticam abertamente o terror impedindo os indígenas até mesmo de exercerem o direito de ir e vir. Fazem isso a todo momento, inclusive em plena luz do dia. Estão impunes. Espera-se que com mais este episódio de violência, que por sorte não acabou com mais um assassinato entre tantos contabilizados junto aos povos indígenas, medidas sejam efetivamente tomadas com intuito de livrar da morte aqueles que só buscam a vida e a sobrevivência física e cultural de seus filhos e filhas.



Funções, desafios e perspectivas dos acadêmicos e antropólogos indígenas no Brasil
SÍTIO CEDEFES, 19.02.2015

A partir de minha posição de antropólogo indígena – uma conjunção de posições certamente nova para a antropologia brasileira –, gostaria de apresentar algumas reflexões sobre as funções e desafios dos antropólogos indígenas ou indígenas formados em Antropologia frente às mobilizações interétnicas e reivindicações diversas dos povos indígenas exigidas aos sistemas do Estado brasileiro. As ideias desenvolvidas aqui foram inicialmente apresentadas durante a mesa-redonda “Os Antropólogos Indígenas: Desafios e Perspectivas”, durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, onde abordei o tema das funções de antropólogo indígena no contexto contemporâneo de disputa e conflito pela posse das terras entre os povos indígenas e os fazendeiros. Nesse sentido, é preciso dizer que estes últimos não apenas veem os estudos antropológicos de modo negativo e como sendo inúteis, mas também se constituem numa classe que passou a ameaçar e intimidar o antropólogo por realizar o estudo de identificação e demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowa no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em primeiro lugar, apresento-me nos debates e em meus artigos como o antropólogo e indígena pertencente aos povos Guarani e Kaiowa, localizados no atual sul de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de destacar que para me formar no curso de Antropologia pesquisei os meus povos Guarani e Kaiowá. No momento atual, já como antropólogo, continuo pesquisando as demandas dos povos Guarani e Kaiowá, que possuem uma trajetória específica, uma luta e resistência histórica diante da política de dominação e territorialização, promovido pelo Estado brasileiro ao longo do século XX.

Para desenvolver uma breve análise sobre algumas funções dos antropólogos indígenas no contexto atual, é preciso mencionar que um indígena formado em Antropologia é antropólogo-pesquisador e ao mesmo tempo é membro permanente de um povo indígena, que pode ser participante da rede de movimento e articulação política regional e nacional dos povos indígenas. No contexto histórico contemporâneo, os indígenas após estudarem, pesquisarem e se formarem em Antropologia não podem se desvincular tanto de seu povo pesquisado quanto de estudos antropológicos e do grupo de pesquisadores da área de Antropologia.

Observo que alguns indígenas já formados e estudantes em Antropologia passam a assumir a função de relator e porta voz de seu povo; tradutores das reivindicações e dos projetos dos povos indígenas que são enviados aos órgãos do Estado e às organizações das sociedades nacionais e internacionais. Além disso, um antropólogo indígena já começa a assumir a função de consultor, perito e tradutor do governo e justiça federal.

Em diversos espaços dos órgãos públicos, nas ocasiões das reuniões e assembleias

CONT.



intercomunitárias e interétnicas, em geral, os antropólogos e estudantes indígenas foram e são acionados para explicitar e traduzir algumas políticas públicas e programas sociais dos sistemas do Estado brasileiro para os povos indígenas. Dessa forma, o indígena formado em Antropologia começa a conviver e circular nos dois sistemas socioculturais, políticos e conhecimentos complexos e distintos. Assim os antropólogos indígenas passam a traduzir as políticas do governo aos povos indígenas, isto é, esses estudantes indígenas tentam traduzir tanto para os povos indígenas quanto para os agentes do Estado brasileiro.

Importa ressaltar que recentemente, em virtude de disputa e conflito fundiário histórico surge a tentativa de conciliação e diálogo interétnicos entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros, promovido pelo governo e justiça federal, ocasião na qual o antropólogo indígena é demandado para cumprir essa difícil e complexa tradução. Entendo que este trabalho de antropólogo indígena está sendo em parte fundamental tanto para os povos indígenas quanto para as partes envolvidas nas resoluções do litígio fundiário no Brasil.

Outro tema fundamental para este debate, é também a imagem distorcida do “índio” genérico nos livros didáticos e na mídia. Na qualidade de pedagogo indígena experiente, destaquei que ao longo de minha trajetória estudantil deparei-me com os modos de vidas e as imagens incongruentes dos “índios” estereotipados e homogêneos nos livros didáticos, utilizados nos sistemas da educação brasileira. Esses assuntos deveriam ser rediscutidos amplamente pelos sistemas da educação. As imagens negativas dos “índios” nos livros e na mídia geraram-me sempre uma confusão e indignação, desde minha infância, pois as formas de apresentar os povos indígenas estereotipados não condizem com as histórias relatadas pelos indígenas e a realidade das diversidades dos povos indígenas no Brasil. Por isso, frente aos fatos relatados aqui, a minha posição e luta como indígena e antropólogo são para desconstruir e descolonizar esses “índios” idealizados e homogêneos nos livros didáticos e na mídia. Somente assim a nova geração do povo brasileiro terá outra educação e outros conhecimentos verídicos sobre as histórias e situações contemporâneos dos povos indígenas no Brasil.

Como já dito, no século XX, os agentes dos sistemas da educação brasileira descreveram e apresentaram os povos indígenas de formas homogêneas e estereotipadas nos livros didáticos. Essas formas de apresentar os “índios” através das escolas brasileiras são extremamente prejudiciais tanto à nova geração brasileira quanto aos povos indígenas gerando e aumentando preconceito, racismo e ódio contra os indígenas que perdura até os dias de hoje.

Destaco que diante desse fato histórico, hoje, um dos desafios dos indígenas formados em Antropologia é a desconstrução ou descolonização dessas imagens preconceituosas e os modos de vidas negativas dos povos indígenas cristalizadas historicamente na educação brasileira. Esses trabalhos árduos de desconstrução de “índios” dos livros didáticos e da grande mídia dominante desafia o antropólogo indígena e antropólogos não indígenas no contexto atual.

Reconheço que, de fato, um grupo de antropólogos e antropólogas não indígenas brasileiros se empenharam nos últimos 30 anos para organizar Seminários, Congressos e Simpósios acadêmicos a fim de debater as situações atuais dos povos indígenas no Brasil, envolvendo os

CONT.



líderes indígenas nesses debates. Essas atividades de antropólogos e antropólogas foram e são muito fundamentais tanto para os povos indígenas como para estudantes indígenas.

Destaco ainda algumas de minhas novas experiências, vividas no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Para analisar a minha atuação como antropólogo indígena, mencionei o contexto da história de luta e resistência de meus povos Guarani e Kaiowa pelo reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais tekoha. Cito que em meados de 1970 e no início de 1980, diante da resistência e da luta reiterada dos povos indígenas Guarani e Kaiowa para permanecer nas suas terras tradicionais, o órgão indigenista do governo começou a envolver o antropólogo não indígena na realização de estudos antropológicos sobre as comunidades indígenas e suas terras tradicionais demandadas.

Dessa forma, em meados de 1970, os antropólogos não indígenas passaram a descrever as histórias, os relatos, as reivindicações das terras e, sobretudo as concepções vitais dos povos indígenas Guarani e Kaiowa, demonstrando as terras tradicionais específicas ocupadas e demandadas pelos povos indígenas. Assim, as narrativas dos indígenas são sistematizadas pelos antropólogos, dando atenção merecida para os relatos e, sobretudo a memória do povo Guarani e Kaiowa. Esses relatos indígenas constantes nos relatórios antropológicos contestaram as versões, as argumentações e os documentos oficiais dos fazendeiros expedidos pelos órgãos do governo. Visto que os povos Guarani e Kaiowa resistentes e reivindicantes de reconhecimento de suas terras tradicionais eram classificados ou acusados tanto pelos fazendeiros quanto pelos órgãos do Estado como os índios criminosos, desobedientes e invasores das propriedades particulares. Naquele contexto histórico, o antropólogo ou estudo antropológico aprovou de forma oficial que as comunidades indígenas Guarani e Kaiowa eram habitantes ou moradores originais das terras reivindicadas e pertenceram ao lugar específico desde muito século, por essa razão o antropólogo determinou a delimitação da extensão da área ocupada pelos indígenas reivindicantes. Desse modo, pela primeira vez, em meados de 1980, a Antropologia, os antropólogos e estudos antropológicos foram destacados oficialmente entre os povos indígenas Guarani e Kaiowa e fazendeiros.

Importa destacar que aos longos das décadas de 1980 e 1990, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, os estudos antropológicos foram acionados pelo órgão indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no contexto de expulsão dos indígenas de suas terras e, sobretudo no seio da disputa conflituosa pela posse das terras entre os indígenas e os fazendeiros. Em decorrência desses estudos antropológicos realizados, o antropólogo é visto como incitador de invasão das fazendas ou propriedades particulares. O antropólogo é entendido como um opositor dos fazendeiros. Recentemente, certo antropólogo, durante a realização de pesquisa de campo, passou a sofrer a ameaça de morte e intimidação pelos fazendeiros.

Por conta dessa luta histórica pela demarcação das terras indígenas, emergiu uma “mesa de diálogo” promovida pelo governo federal, na qual o antropólogo indígena começa a atuar como tradutor no ciclo de discussões acirradas sobre os conflitos fundiários. Entendo que essa tentativa de diálogo entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros é um desafio para tradução e atuação dos antropólogos indígenas, visto que se está lidando com um conflito

CONT.



que não se dá primordialmente no interior das comunidades indígenas, mas sim entre povos indígenas e os fazendeiros pela posse das terras, mediados pelos agentes do Estado-Nacional brasileiro.

Observo que os estudantes e lideranças indígenas, sobretudo os Guarani e os Kaiowá do Mato Grosso do Sul, consideram os antropólogos indígenas como muito importantes, por fortalecerem as demandas e a luta antiga pela demarcação de terras e por ajudar a cobrar a efetivação dos direitos indígenas. A importância depositada nos antropólogos indígenas se dá, sobretudo, pelo fato de ser o próprio antropólogo indígena capaz de narrar a sua história, a sua luta e compreender as relações no mundo contemporâneo em que vive. Dessa maneira, os antropólogos indígenas estão sendo vistos pelos membros indígenas como um pesquisador indígena e atualizado. Ao mesmo tempo, o antropólogo indígena é visto como um indicador de possíveis soluções para problemas atuais; colocado, assim, em uma posição de muita responsabilidade, e por isso mesmo a pesquisa e atuação do antropólogo indígena está sendo constantemente monitorada e analisada tanto pelos indígenas quanto pelos não indígenas.

Por exemplo, a minha atuação como antropólogo, pesquisador e indígena Guarani Kaiowa está sendo sempre observada e analisada tanto pelos próprios representantes indígenas como pelos não indígenas, estejam eles ligados ao Estado, à academia ou aos fazendeiros.

É relevante considerar que sou requisitado, em várias ocasiões e espaços, para discutir sobre as questões indígenas (demarcação de terras indígenas e as políticas públicas voltadas para os indígenas em geral). Dessa forma, estou passando por uma experiência múltipla e desafiadora, uma vez que consigo debater e perceber, ao frequentar esses diversos espaços, das inúmeras opiniões, propostas e soluções pensadas acerca da situação indígena do Mato Grosso do Sul. Minha participação nesses espaços me permite entender as diferentes "soluções" pensadas para os povos indígenas em suas terras.

Enfim, sendo minha pesquisa participativa e implicada, posso compreender melhor o modo de ser, agir e pensar dos operadores de direito, dos pesquisadores de universidades, dos agentes indigenistas do Estado e de fora dele (ONGs), do governo e poder judiciário brasileiro.

O curso de mestrado e de doutorado em Antropologia Social proporcionou-me uma sólida base para compreender e respeitar as pessoas distintas e suas opiniões sobre os povos indígenas no Brasil.

Os cursos e o trabalho acadêmico foram vividos como um estágio muito árduo, mas também muito significativo para minha formação pessoal e acadêmica. Com base nas experiências adquiridas no curso de Antropologia e durante as pesquisas de campo, posso dizer que a área de Antropologia, quando feita com seriedade, torna-se fundamental para entender de forma aprofundada as concepções, os interesses e as necessidades reais das famílias e dos povos indígenas abordados, levando sempre em consideração a sua história e o seu modo de viver e de ser múltiplo.

CONT.



Como já dito, desde 1990 até os dias de hoje, na condição de estudante indígena e porta voz do povo Guarani e Kaiowa participei ativamente de diversos eventos locais, regionais e nacionais. Hoje, como antropólogo indígena, quero mencionar minha participação nos congressos, seminários e encontros nos quais pude proferir muitas palestras e denunciar questões graves, abordando temas complexos e polêmicos relacionados à questão da recuperação das terras indígenas, da educação escolar indígena, da saúde indígena, entre outros temas de importância para os Guarani e os Kaiowá. Em meio a esses eventos e assembleias indígenas importantes, elaborei, muitas vezes a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos escritos em português, nos quais constavam as decisões e as reivindicações das lideranças. Em face dos problemas aflitivos que atingiam os Guarani e Kaiowá em geral, escrevi muitas petições e abaixo-assinados indicando as soluções possíveis do ponto de vista que as lideranças indígenas me expunham. Esses documentos foram enviados a múltiplas autoridades (executivo, judiciário e legislativo) assim como para as universidades e os pesquisadores de diferentes áreas.

Por fim, como indígena formado em Pedagogia e Antropologia, sinto-me desafiado a buscar e indicar as possíveis soluções às demandas dos povos indígenas. Assim, assumo uma grande responsabilidade, uma vez que uma das minhas funções é a de transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamentos, reivindicações e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças indígenas dos povos indígenas. A minha grande esperança é de que as reivindicações escritas dos povos indígenas sejam compreendidas e atendidas pelos sistemas do Estado brasileiro. Na condição de antropólogo, pesquisador e indígena, entendo que essas experiências narradas foram úteis e ao mesmo tempo são desafios tanto para minha vida pessoal quanto para minha atuação de antropólogo indígena no Brasil.

Fonte: Gleice Antonia de Oliveira.



Dirigente Indígena: Os Brancos estão caçando briga por impedir demarcações
SÍTIO CEDEFES, 19.02.2015

No início do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, o debate sobre a questão indígena parece estar se aquecendo - A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está há 20 meses sem presidente permanente. Agora o organismo é chefiado por Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, que assumiu o cargo depois da saída da presidente interina anterior, Maria Augusta Assirati.

Dona Maria Augusta esteve no cargo por 16 meses, quase o mesmo período que a sua antecessora, Marta Maria do Amaral Azevedo. Já o antecessor de Marta Azevedo, Márcio Augusto Meira, esteve chefiando a Fundação por cinco anos, desde o final do governo Lula até o início do governo Dilma.

Tanto Marta Azevedo, como Maria Assirati, saíram da FUNAI em meio a crises. Segundo várias fontes, Azevedo demitiu-se, alegando razões de saúde, pouco depois da morte, pela polícia, de um indígena da etnia Terena. Naquela época, também houve manifestações contra a política do governo, em pleno debate e construção de hidrelétricas como a do Belo Monte.

Turismo indígena: entre economia e ecologia

Já a demissão de Maria Assirati deu-se após uma tentativa fracassada de persuadir o governo a não construir a usina de São Luis de Tapajós, que poderia alagar uma terra indígena da etnia Munduruku. Segundo uma entrevista publicada em janeiro, Assirati tentou "explicar" aos representantes indígenas que a burocracia impedia a demarcação da terra. Segundo as informações mais recentes, esta hidrelétrica deverá ser licitada até finais do ano em curso.

Agora, o Estado de São Paulo informou recentemente que a seção amazonense do Partido dos Trabalhadores (PT) propôs à presidente, Dilma Rousseff, uma candidatura para a liderança da FUNAI. É João Pedro, ex-senador do estado. A ficha dele no site do Senado mostra vários projetos de lei e outras iniciativas legislativas e políticos das quais participou João Pedro, várias delas parecem favorecer os indígenas.

Segundo fontes do PT, citado pelo Estado de São Paulo, o partido quer "fortalecer" o organismo nacional de defesa dos indígenas.

"Guerra" por demarcações

O governo de Dilma Rousseff teve o menor número de demarcações realizadas nos últimos 30

CONT.



anos. O assunto é importante, como toda a questão indígena, pois trata-se de definir as terras que, fazendo parte do Brasil, teriam gerência diferente. Não seriam zonas privadas, mas territórios distintos, geridos conforme tradições próprias de povos que existiram aqui antes dos europeus terem chegado.

A questão é, portanto, sensível. E os brasileiros não indígenas, por que não podem usufruir de territórios que constituem parte do país? É este o argumento que os partidários da "convivência real" e terras comuns apresentam à FUNAI e aos representantes indígenas.

Projeto sobre demarcação de terras indígenas pode ser desarquivado

Os ruralistas e os industriais sempre irão querer explorar recursos terrestres. Os índios sempre irão querer conservar os seus costumes e tradições, vivendo a sós com a natureza própria. O conflito parece eterno e insolúvel, mas é isso que a FUNAI é encarregada de fazer.

Para isto, é preciso autonomia e poder de ação. Porque, ao que parece, já houve várias situações em que representantes e dirigentes da FUNAI tinham que atuar na qualidade de transmissores de mensagens e decretos de outrem.

Uma das maiores preocupações legais das lideranças indígenas brasileiras é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/200, que prevê que seria da competência do Congresso a decisão final sobre as novas demarcações e a sua ratificação. Segundo os críticos, há indícios de que esta PEC possa aumentar a vantagem dos ruralistas, que poderiam ratificar demarcações ou não dependendo de se são atraentes do ponto de vista comercial.

A PEC 215 não foi votada no ano passado, como o projeto de orçamento impositivo. Recentemente, o chefe da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, não descartou a possibilidade de a PEC 215 ser desarquivada em 2015.

Lideranças indígenas já mostraram o seu descontentamento pela situação. Eles temem que a bancada ruralista no Congresso pode usar o novo texto da Constituição (caso seja corrigido) em seu favor. Há até quem falou em "guerra legal" e "briga" que os brancos "estavam caçando" com os índios.

Um representante da etnia Mundurucu esperando o ministro Miguel Rossetto antes de um encontro em Brasília, em 30 de janeiro

Um fator de irritação é a atividade incessante das construtoras, muito rápida se comparada com a tramitação dos processos de demarcações.

No entanto, o clima das relações entre diversas nações no Brasil nem por todas as partes é tranquilo. No sábado passado, cinco índios da etnia Tenharim, condenados por sequestro e morte de três brancos em 2013, libertados do presídio e transferidos pela FUNAI a uma base do organismo, provocaram fortes críticas por medo de que escapem.

Fonte: Vladimir Kultygin.

Expedição Anaconda encerra segunda etapa registrando sítios sagrados nos rios Uaupés e Negro

SÍTIO CEDEFES, 19.02.2015

A primeira etapa da expedição foi realizada no início de 2013 e percorreu mais de 800 km pelo curso do Rio Negro, entre Manaus e a foz do Rio Curicuriari, um pouco abaixo da cidade de São Gabriel da Cachoeira. O objetivo foi mapear e documentar trecho da rota de origem e lugares sagrados dos povos indígenas da família linguística tukano oriental.



Conhecedores das etnias Bará e Barasana conversam sobre a história e significado das formações rochosas em sítio sagrado próximo à comunidade São Pedro, Baixo Rio Uaupés

A experiência foi realizada no âmbito do projeto Mapeo e contou com a participação de diversos conhecedores indígenas dos povos de língua tukano, além de representantes dos ministérios da cultura do Brasil e Colômbia, pesquisadores que trabalham junto aos povos da região e uma equipe de cineastas e cinegrafistas indígenas e não-indígenas coordenada pelo Vídeo nas Aldeias.

Com a continuidade do projeto Mapeo em 2014 e 2015, que além das parcerias entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e instituições colombianas,

CONT.



passou a contar também com o apoio da Funai por meio da Coordenação Regional Rio Negro, foi possível viabilizar a segunda etapa da expedição, planejada ainda em 2013.

A viagem da segunda etapa teve início em 27 de janeiro, nas imediações de Camanaus, comunidade localizada um pouco abaixo da sede do município de São Gabriel da Cachoeira. A partir daí a expedição seguiu pelo Rio Negro registrando os lugares sagrados no entorno da cidade de São Gabriel e, mais acima, nas imediações das comunidades de Cabari, São Luiz e Yauawira, onde os participantes foram recebidos com uma bonita festa.

Expedição parou em 11 comunidades

De Yauawira a expedição entrou pelo Rio Uaupés e percorreu cerca de 200 km até o seu destino final, a cachoeira de Ipanoré, fazendo parada em cada uma das 11 comunidades ao longo deste trecho. As narrativas indígenas dão conta de que a cachoeira de Ipanoré é o local onde os primeiros ancestrais dos diversos povos do Uaupés apareceram neste mundo transformados em seres humanos verdadeiros, depois de uma longa viagem subaquática pelos cursos dos rios Amazonas, rio Negro e Uaupés no bojo de uma cobra grande, chamada também de cobra-canoa ou "canao de transformação".

No último dia da expedição em Ipanoré foi realizada uma grande cerimônia, onde os conhecedores e bayas (dançarinos/cantores) participantes executaram cantos e danças de kapiwaya, adornados com os enfeites de dança (bahsa buhsa) que anos atrás foram repatriados do Museu do Índio de Manaus, gerido pelos missionários salesianos (saiba mais).

O grupo de conhecedores/narradores participantes da segunda expedição foi praticamente o mesmo da primeira, com algumas exceções. Estava composto de benzedores (kumuas) e pajés (yai) dos grupos Desana, Pira-tapuia, Tukano, Tuyuka, Bará e Barasana, que vivem nos lados brasileiro e colombiano das bacias do Uaupés e Apapóris, mais especificamente ao longo dos rios Uaupés, Papuri, Tiquié e Pirá-Paraná. Também acompanharam a viagem o diretor da Foirn, Nildo Fontes, antropólogos do ISA e Iphan e um grupo de Aimas (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) mais jovens, pertencentes às comunidades do Baixo Rio Uaupés.

Com apoio da Funai, Foirn e ISA, estes Aimas vêm trabalhando desde o início de 2014 no mapeamento dos lugares sagrados da área de abrangência de suas comunidades, em conjunto com os mais velhos, num esforço de fortalecer os conhecimentos tradicionais sobre o território e contribuir para o seu manejo adequado e sua proteção. Para estes jovens foi importante conhecer mais profundamente a história e os cuidados relacionados a estes lugares, com os quais lidam em suas práticas cotidianas – quando vão pescar, tomar banho, lavar roupa, passear etc – muitas vezes desconhecendo quais são as restrições e perigos a eles associados.

Para registrar os lugares sagrados, os conhecimentos e as histórias narradas pelos conhecedores participantes, uma equipe de filmagem do Vídeo nas Aldeias acompanhou a expedição.

CONT.

Importância dos lugares sagrados

As narrativas dos povos tukano estão repletas de referências geográficas que sinalizam lugares específicos e especiais relacionados à origem do mundo e à viagem dos primeiros ancestrais no bojo da cobra-canoa. Estes lugares são chamados wametisé na língua tukano, que literalmente significa "lugares nomeados": lugares que possuem história, significados e que guardam as marcas e os poderes dos tempos da origem do mundo e da humanidade.



Visita à casa do Sol, próxima à comunidade Matapi, Baixo Rio Uaupés,
conjunto de rochas importante relacionado às flautas sagradas

Há duas grandes categorias de lugares sagrados. Aqueles relacionados com a origem do mundo e de uma infinidade de seres que nele vieram habitar nos primeiros tempos: gente-peixe, gente-onça, cobras grandes, e certos demiurgos responsáveis pela criação e organização das coisas na terra. E há os lugares propriamente relacionados com a viagem da anaconda ancestral, chamados em português de "casas de transformação".

Estes são pontos especiais ao longo do trajeto da cobra-canoa, onde os primeiros ancestrais vivenciaram certos acontecimentos e obtiveram uma série de conhecimentos, técnicas e artefatos fundamentais para a sua transformação em seres humanos verdadeiros e para a

CONT.



constituição dos diversos povos do Uaupés. Alguns destes lugares coincidem, carregando ao mesmo tempo as marcas dos tempos da origem do mundo e, posteriormente, da passagem da “canoa de transformação”. Todos eles têm uma grande importância para os povos indígenas. É o rico conhecimento que os conhecedores (kumua) e pajés (yai) possuem acerca deles é o que fundamenta desde as práticas xamânicas até as regras sociais e as práticas tradicionais de manejo, com seu baixo impacto ambiental – pesca, caça, extrativismo.

Em 12 dias de viagem foram registrados quase 40 lugares sagrados. Alguns locais constituem na verdade complexos de marcas e sinais que se espalham por pedras, ilhas, praias e serras ao longo de determinados trechos do rio e seus igarapés. Quem conhece empiricamente estes locais e sabe indicar tais sinais são geralmente conhecedores mais velhos das comunidades próximas, que aprenderam de seus pais e avôs as histórias, restrições de comportamento e os perigos relacionados a estes lugares.

Por isso foram estes moradores que guiaram as visitas à maioria dos locais sagrados que a expedição registrou, já que muitos dos benzedores e pajés só conhecem tais lugares em pensamento, das viagens espirituais que fazem em suas práticas xamânicas. Essa interação entre os moradores locais e conhecedores de fora, e entre os diversos grupos participantes, resultou numa troca muito rica de conhecimentos, histórias e reflexões sobre o mundo e suas transformações.

Para os moradores do Baixo Uaupés, que reclamam hoje do enfraquecimento da cultura, da falta de pajés e conhecedores maiores que saibam proteger as pessoas e manejar espiritualmente este mundo, a passagem da expedição, juntamente com o trabalho dos agentes indígenas de manejo ambiental, constitui um incentivo importante para que os jovens se interessem e se preocupem com estas questões.

Mudanças climáticas

Um dos pontos de reflexão nas conversas entre os participantes da expedição e os moradores das comunidades foi a questão das mudanças que vêm ocorrendo de forma cada vez mais drástica no clima e nos regimes de seca e cheia dos rios. Isso porque o maior problema enfrentado nestes 12 dias de viagem foi a subida repentina e fora de época do Rio Negro e do Rio Uaupés, impossibilitando a visualização de muitos locais importantes que só aparecem com o rio seco.

A expedição foi programada justamente para o período de seca no Alto Rio Negro, quando as praias, pedras e cachoeiras ficam completamente à mostra e é possível ver uma série de petróglifos e outras marcas importantes nas paisagens. Lamentavelmente, devido a essa desordem climática, muitos lugares estavam submersos e não puderam ser visualizados e devidamente registrados pela expedição. Os petróglifos de Itapinima, entre as comunidades Trovão e Cunuri, e o buraco de surgimento da humanidade na cachoeira de Ipanoré, dois dos pontos mais aguardados, infelizmente não puderam ser vistos.

CONT.



Buraco de origem da humanidade na cachoeira de Ipanoré, Baixo Rio Uaupés. Foto tirada em fevereiro de 2008 com o rio seco, quando os Tuyuka fizeram o mesmo trajeto para identificar seus lugares sagrados

Estas mudanças têm afetado diretamente a vida das comunidades e vêm acarretando consequências graves para a agricultura, pesca, caça, coleta, além de enfermidades desconhecidas. Já não é mais possível queimar as roças no tempo certo; as piracemas também não estão mais ocorrendo quando deveriam; as frutas já não dão mais nas épocas em que costumavam dar; os animais de caça estão sumindo ou migrando para outras áreas.

Os conhecedores encaram essas mudanças como decorrência das próprias transformações no modo de vida das comunidades desde o contato com a sociedade dos brancos até o modo irresponsável e destemido como os não-indígenas mexem com a natureza, sem medir os perigos e as consequências da perturbação que provocam. Eles atribuem ainda estas desordens climáticas, que são também desordens cósmicas, ao enfraquecimento dos conhecimentos xamânicos e das práticas rituais responsáveis pela conexão e equilíbrio das

CONT.



energias e das relações entre os seres que povoam o cosmos. Sem pajés, sem os conhecimentos xamânicos, sem as cerimônias relacionadas aos ciclos ecológicos, não há como fazer essa conexão, essa aliança entre os seres, e então todas as relações se desregulam.

Próximos passos

Com o material audiovisual produzido nas duas expedições (mais de 100 horas de filmagens) pretende-se produzir uma série de vídeos para circulação local, com o registro mais integral das narrativas, e um filme para circular para um público mais amplo. O intuito é dar visibilidade para o rico corpus de conhecimento que os diversos grupos do Alto Rio Negro possuem sobre o seu território e a maneira como a história, a memória e a identidade destes povos estão inscritas nas paisagens de um território que se estende além das fronteiras nacionais.

Com a segunda fase do projeto Mapeo, pretende-se ainda elaborar uma proposta de mais longo prazo que possa expandir essas iniciativas de documentação e salvaguarda dos lugares sagrados para outras regiões do Rio Negro. Além disso, a ideia é contribuir também para que a temática entre na pauta dos processos de construção dos Planos de Gestão das Terras Indígenas da região, considerando a perspectiva e as dinâmicas de vida transfronteiriças dos povos indígenas do Noroeste Amazônico.

Fonte: <http://www.socioambiental.org/>



Boletim Mundo: Sequestro e Tortura contra Jovem Kaiowa são praticados por Milícia anti-indígena em Naviraí – MS

SÍTIO CIMI, 19.02.2015

Segundo denúncia realizada junto ao Ministério Público Federal, na manhã do último sábado, 07 de fevereiro de 2015, ocorreu nas imediações da cidade de Naviraí – Mato Grosso do Sul o sequestro de um jovem indígena Kaiowa seguido de intensa e longa prática de agressões e tortura psicológica, realizadas por parte de um grupo armado.

Tal atitude é alarmante porque volta a anunciar a formação de milícias armadas com intuito de atacar comunidades indígenas e suas lideranças no Mato Grosso do Sul, com finalidade única de impedir os indígenas de terem acesso a seus territórios tradicionais, sobretudo àqueles já demarcados ou identificados pela FUNAI. A ação, desta vez ocorreu contra um jovem de um dos acampamentos que ficam próximos a cidade de Naviraí, (parte integrante da grande aldeia de Santiago Kue), localizados na BR 163, trecho que liga as cidades de Juti à Naviraí.

Segundo o relato que acompanha a denúncia, o relógio marcava 11 horas da manhã quando o jovem Kaiowá de 17 anos, voltava da cidade de Naviraí, caminhando ao longo da BR 163, após uma manhã cotidiana de trabalho. Quando o mesmo passava pelo trecho que fica em frente à fazenda conhecida na região como “Central” próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal foi abordado violentamente por um grupo armado constituído de aproximadamente 20 homens que estavam em um comboio de veículos, sendo duas caminhonetes Hilux, uma preta e uma branca, quatro carros populares e mais duas motos.

Com os veículos, rapidamente os jagunços cercaram o jovem que ficou sem nenhum poder de reação ou possibilidade de fuga, ainda mais após os jagunços terem lhe mostrado as armas que portavam na cintura. O jovem então foi levado por cerca de 1 Km para dentro das terras pertencentes à fazenda Central onde atrás de uma pequena picada de mato junto a uma barragem o grupo estacionou. Os jagunços após fotografarem o rosto do indígena passaram a lhe indagar a respeito do nome e aparência das lideranças da aldeia Kurupí. Frente ao silêncio e terror do jovem e a afirmação de que o mesmo não pertencia a referida comunidade, os jagunços lhe bateram e apontaram contra ele as armas que portavam, mandando por mais de uma vez que o mesmo ajoelhasse para ser executado. De tempo em tempo, ainda apontavam para a barragem dizendo ao indígena que o atariam as pedras e assistiriam a seu afogamento se o mesmo não cooperasse. O martírio durou mais de seis horas e após muitas outras juras de morte a sua pessoa e as lideranças Kaiowá da região o jovem foi deixado no local.

Investidas constantes e monitoramento por parte de jagunços:

O histórico de violência contra as aldeias do entorno de Naviraí evidenciam que o atentado não foi por acaso e nem se tratou de uma ação isolada. Pelo contrario, é infelizmente uma ação padrão de jagunços contratados pelos fazendeiros da região. Tudo indica que existe de fato um grupo que há tempos está constituído como milícia armada e que tem rondado a região para

CONT.



impedir o avanço dos indígenas na retomada de seu território tradicional, já identificado e legitimado pelos estudos da FUNAI.

Segundo narrativas advindas de pessoas dos diversos grupos indígenas da região que por motivos de segurança não desejam se identificar, os jagunços tem realizado um forte cerco intencional sobre as comunidades e através da observação ou de piquetes na estrada, em especial próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal. Os indígenas afirmam que os jagunços realizam cotidianamente a sondagem e observação de todos os integrantes da aldeia e dos acampamentos que ficam no entorno da fazenda Central, os monitoram e acompanham sua movimentação.

A comunidade de Kurupi há tempos vem denunciando, sem efeito, os atentados sofridos. Em outubro do ano passado houve a tentativa de sequestro de um indígena cadeirante por parte dos jagunços (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7800>). A região apresenta muitos casos de ataques e inclusive torturas realizadas contra indivíduos e comunidades indígenas. Os indígenas denunciaram estes fatos e ao mesmo tempo solicitaram que as autoridades chamassem a força policial para fazer ronda no local e com isso garantir um pouco de segurança para as comunidades, mas nada foi feito até o momento.

Em outubro do ano passado, o CIMI denunciou uma onda de ameaças advindas de fazendeiros da região com o intuito claro de desmobilizar a luta dos indígenas pela reconquista de seu território tradicional, de onde os indígenas foram sistematicamente expulsos por estes mesmos fazendeiros e familiares no passado. Para acessar a matéria e entender mais a situação que envolve os indígenas de Santiago Kue leia aqui: (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7789>).

Sem leilões, mas com milícias:

Em meados de 2013, começou a circular de forma aberta e pública a informação sobre a realização dos "Leilões da Resistência", organizados por fazendeiros e sindicatos rurais do Estado do MS. Os organizadores anunciavam orgulhosos que os fundos arrecadados com a venda de gado seriam utilizados para a contratação de segurança privada, formação de milícias e compra de armamentos.

A revoltante iniciativa gerou uma onda de denúncias e de grande mobilização por parte do movimento indígena e de seus apoiadores. No fim de 2013, por decisão judicial a realização do leilão foi impedida. A despeito da decisão e por meio de golpes os fazendeiros o realizaram, porém por meio de nova decisão tiveram que depositar o montante arrecadado, um milhão de reais, em juízo, com utilização vinculada a aprovação das comunidades indígenas.

Pode-se dizer que esta fundamental medida conseguiu breca a face pública da formação das milícias anti-indígenas, porém trata-se de um ledor engano acreditar que a justiça conseguiu

CONT.



impedir que na prática, no submundo, os fazendeiros e ruralistas, dotados de grandes quantidades de montantes oriundos, sobretudo, da exploração ilegal das terras indígenas, continuem com a arregimentação de jagunços para consolidar a expulsão dos povos originários dos seus territórios tradicionais por meio da força.

O caso ocorrido em Santiago Kue é uma boa demonstração de que as milícias continuam sendo formadas e patrocinadas pelos senhores do agronegócio. Sob a roupagem de seguranças privados continuam organizados à mando dos fazendeiros que potencializados por uma política Federal de paralisação e intenção de revisão das terras indígenas, sentem-se livres para praticar verdadeiros absurdos contra a vida, o bom senso, a justiça, a democracia e o Estado Democrático de Direito.

Como tudo indica, nas bordas de Naviraí, uma destas milícias armadas domina geograficamente a região habitada secularmente pelo povo Kaiowá e de onde estes jamais sairão. Praticam abertamente o terror impedindo os indígenas até mesmo de exercerem seu direito de ir e vir. Fazem isso a todo o momento, inclusive em plena luz do dia, até agora com impunidade. Espera-se que através deste fato, que por sorte não acabou com mais uma vítima entre tantas contabilizadas junto aos povos indígenas, medidas sejam efetivamente tomadas com intuito de livrar da morte aqueles que só buscam a vida e a sobrevivência física e cultural de seus filhos e filhas.

Matança de botos: Pescadores do Amazonas querem reduzir tempo da moratória da piracatinga

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 19.02.2015



Pesca da piracatinga está proibida no Brasil desde o início de janeiro (Foto: Diogo Lima/Mamirauá)

Mal entrou em vigor a proibição da pesca e comercialização da piracatinga (*Calophysus macropterus*) para conter a matança indiscriminada de botos e jacarés nos rios da Amazônia, os associados do Sindicato dos Pescadores no Estado do Amazonas (SindPesca) já se articulam para reduzir o tempo da moratória do pescado por causa do desemprego no setor.

O SindPesca informou que ao menos 70 mil pescadores dos 100 mil associados no Amazonas, especialmente os que trabalhavam na região do Alto Rio Solimões, ficaram sem renda após a proibição da pesca da piracatinga. A medida, segundo o sindicato, afetou famílias que trabalhavam diretamente na captura e no processo de tratamento e beneficiamento do peixe.

A proibição da pesca e comercialização da piracatinga entrou em vigor no último dia 1º de janeiro. A Instrução Normativa foi assinada no dia 29 de maio de 2014 por técnicos do Ministério do Meio Ambiente e publicada no dia 17 de julho, após análise do Ministério da Pesca e Aquicultura. A medida valerá até 2020.

CONT.



O objetivo da medida é combater o crime ambiental em que botos e jacarés são usados como isca da pesca da piracatinga. Cientistas e ambientalistas esperam que a proibição ajude a recuperar a perda populacional dos animais, sobretudo o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), espécie que enfrenta risco de extinção por causa do abate.

A piracatinga é consumida na Colômbia e em outras regiões do Brasil. Entre as populações amazônicas, que não têm o hábito de comer o peixe, ele também é conhecido como urubu d'água e foi batizado de "douradinha" pela indústria de pescado.

Ronildo Palmere, presidente do SindPesca, disse à agência Amazônia Real que na primeira semana do mês de março um grupo de 60 pescadores vai a Brasília participar de audiências no Ministério da Pesca e no Ministério do Meio Ambiente para tentar reduzir a moratória da piracatinga de cinco para dois anos. Ele disse que os principais argumentos para tentar convencer os técnicos dos dois ministérios são dois: a rápida reprodução da piracatinga e a necessidade de se criar iscas alternativas e outras técnicas de sua captura.

Palmere considera que dois anos é tempo suficiente para "os cientistas darem uma resposta". Que resposta, indagou a reportagem.

"Resposta sobre como pescar sem matar o boto. O que podemos utilizar no lugar da carne dele. Que equipamento usar. Não queremos que a proibição acabe, pois achamos que o boto deve ser preservado, mas cinco anos é muito tempo. A piracatinga se multiplica muito rápido. Sem captura, ela vai invadir os lagos, comer outros peixes, atacar as malhadeiras dos pescadores. A piracatinga devora outros peixes mais rápido do que as piranhas", disse Palmere.

Ele afirmou que a decisão governamental generalizou o uso da carne de boto e transformou todos os pescadores em "vilões". "Não houve discussão suficiente. Só no município de Manacapuru afetou 15 mil pescadores, inclusive as mulheres que faziam o tratamento e o beneficiamento. Muitas perderam emprego. A gente quer provar que não são todos os pescadores que estavam exterminando o boto, como disseram. Acabamos ficando como os vilões da história", disse.

Palmere disse que, embora na região das proximidades de Manaus e cidades vizinhas a captura da piracatinga ocorresse, a maior parte de sua pescaria com uso de carne de boto acontecia no Alto Solimões, em cidades como Tabatinga, São Paulo de Olivença, Tonantins, além de municípios do Médio Solimões, como Fonte Boa e Jutai.

"São pescadores que encontraram na pesca da piracatinga uma fonte de renda e que agora, sem essa alternativa, podem migrar para a vida fácil do tráfico de drogas. Vão voltar ao contrabando", afirmou.

Palmere quer também a realização de palestras ou que sejam distribuídos informativos sobre a proibição da piracatinga. Ele contou que nem todos os pescadores sabem a respeito da nova

CONT.



norma e correm risco de serem penalizados durante as fiscalizações dos órgãos ambientais.

A proibição da pesca e comercialização da piracatinga foi aplicada pelo governo federal com base em estudos científicos de pesquisadores do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA) do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e de órgãos públicos da área ambiental e por recomendação do Ministério Público Federal do Amazonas.

Uma forte campanha nas redes sociais, além de inúmeras reportagens na internet e na televisão, levou o governo a tomar a medida com o intuito de proteger o boto-vermelho e o jacaré, cujas carnes eram usadas como iscas para capturar o peixe.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente em seu endereço na internet, o uso do boto-vermelho na pesca tem contribuído para a redução de cerca de 10% ao ano das populações nativas do mamífero.

Na lista da fauna silvestre ameaçada divulgada em dezembro de 2014 pelo governo brasileiro, o boto-vermelho foi citado pela primeira vez como um animal em risco de extinção.

A Instrução Normativa só não será aplicada para fins de pesquisa científica, desde que devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, e para a pesca de subsistência, para fins únicos de alimentação do pescador e sua família, desde que a captura e o transporte não ultrapassem 5 quilos da espécie.

MPF e Inpa defendem moratória

O procurador da República Rafael Rocha, do escritório de Meio Ambiente do MPF do Amazonas, é um dos principais defensores da moratória da piracatinga. Em 2012, o MPF instaurou inquérito para apurar os abates de botos.

Em declaração à Amazônia Real, ele afirmou que o MPF “provocou” os dois ministérios (Pesca e Meio Ambiente) por meio de um parecer enviado aos órgãos. Rocha disse que o parecer recomendava a moratória ou o ordenamento pesqueiro da piracatinga, com o estabelecimento de regras por parte do Ministério da Pesca e da Sepror (Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas).

“Foi apresentado um respaldo técnico para isso (moratória). Do jeito que estava não podia continuar. O uso da isca com carne do boto era parte do problema. Tem também a questão da saúde pública, que precisa ser prevenida. Acreditamos que cinco anos é tempo suficiente para recompor a população de botos que foi reduzida e para desenvolver uma isca alternativa para a pesca da piracatinga”, disse o procurador. Segundo Rafael Rocha, caberá agora aos órgãos ambientais de fiscalização e policiais atuar para impedir a captura do peixe.

Waleska Gravena, do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA) do Inpa, faz parte do grupo

CONT.



de pesquisadores que elaborou um dossiê sobre a redução de botos na Amazônia por causa do abate destes animais para a pesca da piracatinga e que foi apresentado ao Ministério do Meio Ambiente. Foi com base nesse dossiê, segundo Waleska, que o órgão elaborou tecnicamente a Instrução Normativa da moratória da piracatinga. O grupo é coordenado pela pesquisadora Vera da Silva.

Para Waleska Gravena, a proibição é uma medida importante que vai ajudar na conservação do boto. "Como é quase impossível fiscalizar toda a Amazônia em busca dos pescadores que matam o boto para uso como isca, com a moratória podemos combater o mal pela raiz. Se é proibido armazenar e comercializar a piracatinga, nenhum frigorífico vai comprar a piracatinga dos pescadores, fazendo com que os mesmos parem de matar o boto para pescar estes peixes", disse ela, em entrevista à Amazônia Real.

Ela destacou que o boto não está ameaçado somente pelo seu uso como isca, mas também pela captura incidental em pescarias, por causar estragos em aparatos de pesca, pela perda de habitat e degradação ambiental.

"Mas o uso do boto como isca para pesca da piracatinga tem sido a principal ameaça nos últimos dez anos, e vem diminuindo drasticamente as populações. Esperamos que com a moratória o número de botos pare de diminuir. No entanto, vai ser muito difícil fazer com que as populações aumentem novamente, isso porque o boto demora muito para se tornar apto a reprodução, e quando uma fêmea tem um filhote, esse processo demora muito", disse.

Conforme a pesquisadora, são quase 12 meses de gestação de apenas um filhote que fica com a mãe por cerca dois anos, impedindo que a mesma volte a reproduzir durante esse período.

O diretor-executivo da AMPA (Associação Amigos do Peixe-Boi), grupo de pesquisa que faz parte do LMA, Jone César Fernandes, também defendeu a moratória. Segundo ele, a situação de ameaça aos botos se tornou tão crítica, que a criação de uma moratória pode ter sido a única solução existente a curto e médio prazos para tentar evitar a morte de mais animais.

"Os botos já são protegidos por lei. Matar um animal desses é crime ambiental. A questão é que os animais começaram a ser mortos sistematicamente para abastecer uma cadeia imensa de frigoríficos que trabalham com a comercialização de piracatinga. Atingir os frigoríficos foi a solução que consideramos mais plausível e sensata neste momento. Foi uma forma de desestruturar a rede de comercialização da piracatinga e evitar que mais botos fossem mortos", disse Fernandes.

O pesquisador, contudo, reconhece que a moratória não vai conseguir erradicar totalmente as ameaças. Ele diz que existem dezenas de frigoríficos ilegais no Amazonas e, que pelo fato de serem ilegais, isto já torna o processo de fiscalização e controle da produção do pescado mais difíceis.

"Quem trabalha na ilegalidade não se importa em trabalhar com recursos pesqueiros ilegais, e

CONT.



a piracatinga pode ser um destes recursos. Estamos trabalhando em conjunto com o Ministério Público Federal e o Batalhão Ambiental para articular ações conjuntas que visem a fiscalização dos frigoríficos. Estamos planejando coletas de material biológico (pescados) nestes frigoríficos para realizar análises posteriores em nossos laboratórios e descobrir se o peixe comercializado de fato não é piracatinga. Estas ações serão realizadas aleatoriamente em frigoríficos legalizados”, disse.

Fernandes afirmou que ele e outros pesquisadores também elaboram um projeto para o desenvolvimento de iscas alternativas que possam ser utilizadas após os cinco anos de moratória na pesca da piracatinga.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que também desenvolve pesquisas sobre o boto, tem uma avaliação diferente acerca da moratória da piracatinga. A pesquisadora Miriam Marmontel, líder do grupo de pesquisa em mamíferos aquáticos amazônicos do Instituto Mamirauá, diz que a promulgação da moratória tem sido apresentada como uma solução para evitar a extinção do boto-vermelho, mas que a abordagem desta ação exclui os pescadores e moradores ribeirinhos.

“Como demais iniciativas nesse sentido, o grau de efetividade da moratória é baixo, pois a atividade ocorre em locais remotos, e há insuficiência de recursos humanos e financeiros para implementar a fiscalização. Além disso, jacarés e botos, utilizados como isca para a pesca da piracatinga, já são protegidos por lei desde 1967, quando foi promulgada a lei nº 5.967, a lei da fauna. Dessa forma, a moratória será apenas mais uma lei, resultando em prejuízo para as populações ribeirinhas, somado ao fato de que sem um sistema eficiente de fiscalização terá pouca eficiência na conservação das espécies”, disse.

Miriam Marmontel afirmou que a isca mais utilizada para a pesca da piracatinga não é o boto, mas sim os jacarés. Esta conclusão integra a publicação “A mortalidade de jacarés e botos associada à pesca da piracatinga na região do Médio Solimões – Amazonas, Brasil”, que pode ser acessada pela internet.

“Além do jacaré-açu ser a isca mais utilizada, representando 60% dos casos, não é possível afirmar o real impacto da pesca da piracatinga sobre a população de botos. A ausência de dados populacionais dos botos amazônicos pode dificultar a criação de estratégias de conservação. A abundância é um dos parâmetros básicos para saber o status real da população e projetar se ela pode estar ameaçada ou se vai sobreviver. Junto com outras informações, como por exemplo mortalidade e reprodução, podemos modelar e estimar a probabilidade de extinção a curto, médio ou longo prazo”, afirmou.

Fiscalização ambiental

O Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) já definiu suas operações de fiscalização da pesca da piracatinga.

CONT.



O coordenador de fiscalização da superintendência regional do Ibama, Geandro Pantoja, afirmou que o órgão iniciou em janeiro passado uma operação, com apoio de outros órgãos federais e estaduais. Os alvos são as indústrias com histórico de comercialização de piracatinga e as regiões com histórico de pesca de piracatinga e matança de botos.

“A logística nas indústrias pesqueiras, em geral, é composta pelas viaturas do Ibama em municípios de acessibilidade terrestre e fluvial. A operação que está em curso, assim como as próximas, tem apoio de segurança de policiais do Batalhão Ambiental da Polícia Militar do Amazonas”, disse.

O patrulhamento fluvial envolve diligências, inclusive noturnas, em locais mapeados com histórico de pesca de piracatinga e matança de botos. Porém, disse Pantoja, mais detalhes não podem ser informados por questão de sigilo para não comprometer a eficiência das operações.

Geandro Pantoja afirmou que as áreas onde ocorre a pesca da piracatinga com mais frequência são o Médio e Alto Rio Solimões, nos municípios de Uarini, Fonte Boa, Tabatinga; no rio Japurá, no município de Maraã; e rio Purus, nos municípios de Tapauá e Beruri.

Prejuízo e atividade clandestina

Segundo a Sepror (Secretaria de Estado de Produção Rural), o Amazonas terá prejuízo financeiro com a moratória. Outra consequência será a mudança na atividade dos pescadores e ribeirinhos.

A Sepa (Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura), subordinada à Sepror, informou que na região do Alto Solimões, sem alternativas, os pescadores artesanais estão direcionando a pesca para outras espécies de peixes amazônicos, também com alto valor comercial, e entrando em um mercado clandestino. É o caso de alevinos de aruanã preta (*Osteoglossum ferreiai*), cuja captura possui uma portaria específica de proibição.

“Em municípios das calhas do Solimões-Amazonas, esta atividade pesqueira vem sendo altamente prejudicada, pois os pescadores trabalham no regime de safras (picos de produção), uma vez que esta espécie vem para suprir, juntamente com outras espécies de bagres amazônicas, como alternativas fora da lista das espécies inseridas no defeso, que atualmente foram incluídas as espécies Surubim e Caparari (Defeso 2014/2015), prejudicando a fonte de renda destes pescadores artesanais”, disse a Sepa, por email.

Mercados consumidores

O titular da Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura, Geraldo Bernardino, disse que o órgão acompanhou as discussões sobre a proposta da moratória, mas na sua avaliação o prazo de proibição é muito longo. Ele disse também que, sem fiscalização, a medida não terá eficácia.

CONT.



Segundo dados da Sepa, o Amazonas (principal fornecedor de piracatinga para exportação) tem 158 entrepostos – frigoríficos que recebem os peixes quando estes chegam nos flutuantes após a captura. A maioria (76) está localizada entre as cidades de Tefé e Manaus, no rio Solimões. No Alto Solimões, são 64 entrepostos e de Manaus até a cidade de Nhamundá, no baixo rio Amazonas, são 18.

Geraldo Bernadino afirmou que a pesca da piracatinga cresceu sobretudo nos últimos seis anos. No mercado da Colômbia, a piracatinga substituiu outro peixe, o capaz. No Brasil, ficou no lugar do surumbim. Noventa por cento de seu consumo ocorre em Estados do Sudeste, Sul e Nordeste, onde o peixe, após industrializado, passa a ser denominado pelo nome de “filé de douradinha”.

O quilo da piracatinga atual, antes da proibição, era vendido pelo pescador ao dono de frigorífico por R\$ 1,50. O preço do quilo do peixe, para exportação, custava em torno de R\$ 8,50. O preço final, no supermercado, para o consumidor, chegava a R\$ 18 reais o quilo.

No Amazonas, as principais cidades exportadoras para outros Estados brasileiros são Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara. Os Estados que mais compram são Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. No Amazonas, segundo a Sepa, os polos consumidores são empresas do Distrito Industrial de Manaus, universidades públicas, contingentes dos comandos regionais militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de restaurantes, supermercados e refeitórios comunitários. A população local não tem o hábito de comer a piracatinga.

Para Geraldo Bernardino, a moratória da piracatinga terá um impacto muito grande. A produção anual era de 4,400 toneladas/ano, com uma receita de R\$ 34 milhões/ano.

Conforme dados da Sepa, a pesca da piracatinga ocorre com pico de produção de setembro a dezembro. No processo de captura, além da utilização de anzóis e espinheis, utiliza-se armadilha (ao invés de rede ou malhadeira).

No período da safra, os estabelecimentos e entrepostos de pescado geravam em média de 80-100 empregos diretos, por indústria, que se estendiam desde os carregadores/desembarque flutuante (50 pessoas), aferidores de pesagem, operadores de processamento, embalagem e estocagem da produção beneficiada.

A reportagem entrevistou Fernando Lins, proprietário de um frigorífico instalado na cidade de Manacapuru (a 84 quilômetros de Manaus). Ele disse que a proibição vai provocar perdas não apenas para a indústria, mas para pessoas que trabalhavam com a piracatinga, pois a piracatinga era frequentemente aproveitada para ser vendida no intervalo da safra de outras espécies.

“Quem mais vai ser impactado será aquele pescador que a gente chama de ‘formiguinha’, que é o pequeno, que tem necessidade. Ele não podia pescar outras espécies por causa do defeso, e pescava a piracatinga”, disse Lins, que afirmou não saber precisar qual será sua perda

CONT.



financeira. "Ainda não tenho noção disso. Ainda está no começo", afirmou o comerciante.

Ele disse que a piracatinga representava de 8% a 10% de seu estoque de peixe para exportação. As principais espécies de sua indústria frigorífica são dourado, pirarara, surubim, piramutaba e filhote. São, segundo ele, 95% peixe "de couro" (sem escama), muito apreciado em outros Estados. Seus principais compradores são Minas Gerais, Brasília e São Paulo. Seu faturamento anual com as exportações é em torno de R\$ 20 milhões.

Fernando Lins afirma que não se opõe à moratória da piracatinga como uma forma de evitar a morte de botos. Diz que nem todos os pescadores continuavam usando esse método nos últimos anos. "Essa lei foi feita em cima de quem estava errando. Mas muitos não usavam o boto. Só que ela acabou acertando todos, inclusive os que estavam fazendo certo", disse.

Brasil: 5 projetos de lei que ameaçam a Amazônia podem voltar à pauta no Senado e na Câmara em 2015

SÍTIO GLOBAL VOICES, 19.02.2015



Indígenas protestam em Brasília contra a aprovação da PEC 215 em Dezembro de 2014.
Pressão fez votação ser cancelada. Photo by: Mídia Ninja, CC BY-NC-SA)

Este texto foi escrito por Stefano Wroblewski e publicado originalmente no blog do Infoamazonia. É republicado pelo Global Voices via parceria de conteúdo.

Conheça cinco matérias que podem voltar a tramitar neste ano na Câmara dos Deputados e no Senado do Brasil e, se aprovadas, devem trazer impactos negativos para a Amazônia.

Os projetos destacados não foram arquivados ao final de 2014 ou têm grandes chances de voltarem à pauta, seguindo os regimentos internos das duas casas.

Se arquivados, os projetos perdem sua tramitação e precisam ser reapresentados ao plenário, repetindo todo o rito feito anteriormente para serem aprovados. Com o desarquivamento, as propostas voltam a tramitar de onde pararam no período anterior.

CONT.



Demarcação de terras indígenas

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215, apresentada em 2000 pelo então deputado federal Almir Sá (PPB-RR), pretende alterar a Constituição Federal, deixando ao Congresso Nacional a competência pela aprovação da demarcação de terras indígenas. Hoje, a palavra final é do Ministro da Justiça, depois de um longo processo que envolve estudos antropológicos de identificação liderados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e prazo para contestações por qualquer parte interessada no reconhecimento da área.

Se aprovada, a proposta ainda exigiria a tramitação de um projeto de lei delimitando os critérios e procedimentos de demarcação das terras indígenas. Além das terras indígenas, emendas à PEC 215 procuram transferir também ao Congresso o reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos e a criação de unidades de conservação.

Em 2014, protestos de movimentos sociais, como a invasão do Congresso por lideranças indígenas, fizeram com que as discussões parlamentares em torno da PEC 215/2000 fossem sucessivamente canceladas.

“É um projeto extremamente preocupante”, afirma Aldem Bourscheit, especialista em políticas públicas do WWF-Brasil. “Os argumentos [em favor da PEC 215] são esdrúxulos, na linha de que o país já teria muitas terras indígenas”. Ele considera que, na prática, a aprovação da PEC “acabaria engessando a demarcação de terras indígenas”.

Já para Márcio Astrini, coordenador de campanha do Greenpeace Brasil, as terras indígenas “são a forma mais eficiente de combater o desmatamento”.

Arquivada em 2014, a PEC 215 pode voltar a ser discutida por uma comissão especial em 2015. Para isso, a matéria precisa ser desarquivada por um dos 26 deputados que, em 2000, assinaram pela apresentação da proposta e voltaram à Câmara dos Deputados em 2015. Eles têm até 31 de julho para pedir pelo desarquivamento. Quando foi elaborada por Almir Sá, a PEC 215 contou com o apoio de 232 parlamentares (confira a lista aqui). Por ser uma proposta que pretende alterar a Constituição, são necessárias ao menos 171 assinaturas (ou um terço da Casa).

Recursos genéticos

Outra medida que pode voltar à pauta em 2015 é o PL 7.735 de 2014, de acordo com Adriana Ramos, coordenadora para a Amazônia do Instituto Socioambiental (ISA). A proposta pretende substituir a Medida Provisória 2.186-16/2001, que regula atualmente o uso comercial do patrimônio genético.

Comunidades tradicionais – como indígenas e quilombolas – têm informações e práticas sobre os usos destes recursos genéticos, que interessam às indústrias farmacêutica, alimentícia, de

CONT.



higiene, entre outros. Abrigando cerca de uma em cada cinco espécies do planeta, o Brasil tem a maior biodiversidade do mundo, enquanto possui milhares de comunidades tradicionais que fazem uso desta diversidade biológica.

O projeto, se aprovado, deve estabelecer que microempresas não precisam mais repartir ganhos financeiros com as comunidades locais. "Mas muitas grandes empresas usam essas empresas menores para fazer uso dos recursos genéticos obtidos", pontua Adriana. A ONG também reclama que as populações afetadas não foram consultadas na elaboração do projeto, o que contraria a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada em 2002 pelo Brasil. "O PL simplifica a legislação sobre o uso da biodiversidade. A partir de uma dificuldade que o governo tem de fiscalizar, o Executivo fez uma lei que simplifica o que deve ser fiscalizado".

A matéria é de autoria do Poder Executivo. Por isso, não foi arquivada no fim de 2014 e continua com sua tramitação regular. A proposta tramita em regime de urgência – quando a Casa tem até 45 dias para votar – e chegou a ser colocada em votação no plenário em dezembro de 2014, mas a discussão foi adiada por obstrução da pauta. Na ocasião, parlamentares contrários ao projeto deixaram o plenário para evitar a formação do quórum necessário à votação. Uma comissão especial para analisar o tema chegou a ser criada em julho de 2014, mas nunca saiu do papel.

Código da Mineração

O novo Código da Mineração, em discussão na Câmara dos Deputados, pretende substituir o decreto-lei 227, de 1967, que atualmente regula a atividade. O Projeto de Lei (PL) 37/2011 determina que o governo deve licitar as áreas de mineração e, também, vai aumentar a arrecadação estatal.

A proposição enfrenta grande pressão de empresas que atuam no meio, pois, como demonstrado em matéria da Agência Pública, ela influencia o financiamento de campanha dos políticos envolvidos com a comissão especial que analisa o PL.

O projeto não avança na regulamentação da atividade em termos ambientais, mas a discussão preocupa Adriana Ramos: "Me parece que propostas de mineração de terra indígena vão tentar ser aprovadas separadamente". Aldem Bourscheit, do WWF-Brasil, acredita que o Brasil precisa, sim, de uma nova legislação de mineração. "Mas, infelizmente, até o momento, os projetos em curso não assumiram a proteção que a gente espera", afirma.

O PL 37/2011 tem regime de prioridade – quando deve entrar na pauta de votação imediatamente depois de todas as proposições em regime de urgência. A matéria foi produzida pelo deputado Weliton Prado (PT-MG), que foi reeleito em 2014 e tem até o dia 31 de julho para pedir o desarquivamento do projeto e manter o estágio atual de tramitação. Caso contrário, uma nova proposta terá que ser apresentada.

CONT.



Cana na Amazônia

Com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 626 de 2011, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor da proposta, quer legalizar o plantio de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia.

Atualmente o plantio de cana é desestimulado na Amazônia – por conta do decreto nº 6.961, publicado pelo presidente Lula em 2009, que impede a concessão do crédito rural para plantações do tipo dentro do bioma.

O problema, segundo Márcio Astrini, é que o cultivo pode aumentar a “pressão pelo desmatamento”. “A cana vai ocupar grandes áreas, que hoje são da pecuária, arroz, algodão e soja, e empurrar essas outras culturas para dentro da floresta”. O ambientalista do Greenpeace ainda avalia que existe uma “falta de governança” no zoneamento da região que fragilizaria a situação e aumentaria a destruição da floresta.

O projeto havia sido aprovado em maio de 2013 em caráter terminativo (quando só precisa do aval das comissões responsáveis para ser aprovado e não vai para votação do plenário da Câmara dos Deputados) pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. No entanto, o PLS voltou a tramitar depois que o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) incluiu uma emenda à votação e pediu a inclusão de duas comissões na discussão para ser aprovado. A votação está parada na Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer contrário do relator Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Outras três comissões ainda precisam analisar a emenda antes que o projeto possa ser aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados.

Como o mandato de oito anos de Flexa Ribeiro termina só em 2019, o PLS 626/2011 não foi arquivado e continua com sua tramitação regular.

Mineração em áreas protegidas

Aldem Bourscheit, do WWF, aponta o PL 3.682, de 2012 como uma das propostas preocupantes que podem voltar à pauta neste ano. Seu autor, o deputado Vinícius Gurgel, do PR do Amapá, foi reeleito e quer que seja autorizada a mineração em até 10% das áreas de proteção integral no Brasil.

Como contrapartida, o deputado propõe que a mineradora que explorar essas áreas doe “ao órgão ambiental competente” uma terra com “o dobro da dimensão da área cedida e as mesmas características”, como explica na ementa do projeto. A atividade de mineração hoje é proibida nas unidades de conservação (UCs) de proteção integral, mas pode ser liberada em UCs de uso sustentável.

“Um grande número dessas unidades [de conservação], especialmente na Amazônia, foram criadas sobre terras com grande potencial mineral”, argumenta Gurgel em defesa da proposta. Para o deputado, estas reservas são necessárias para o crescimento econômico.

CONT.



“Mas os impactos nunca vão se limitar a estes 10%. A atividade da mineração sempre tem grande impacto”, afirma Bourscheit. “Existem outras áreas de conservação que poderiam atender a atividade de mineração. O Brasil não precisa degradar suas áreas protegidas para abrigar essas atividades”.

Tramitando em caráter conclusivo (quando pode ser aprovado somente com o aval das comissões responsáveis e não vai para votação do plenário da Câmara dos Deputados), o projeto está na Comissão de Minas e Energia, onde ainda não foi votado, mas já tem um parecer favorável do relator, o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG). O deputado propôs um substitutivo ao projeto de Vinícius Gurgel que submete a delimitação das unidades de conservação de proteção integral ao Congresso Nacional e não cria limites ou contrapartidas à mineração nestas áreas. O PL 3682/2012 ainda deve passar por outras duas comissões antes de ser aprovado.

Como foi reeleito, Vinícius Gurgel precisa pedir que o projeto seja desarquivado até 31 de julho.



Cacoal: Rios transbordam novamente e moradores têm que deixar suas casas
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 19.02.2015

A secretária de Ação Social, Mirian Lacerda, informou que, devido ao risco de uma possível cheia, as escolas do município e do estado já haviam sido requisitadas pela prefeitura

Após o alagamento na noite de segunda-feira (16), os moradores ribeirinhos de Cacoal (RO) foram surpreendidos mais uma vez com a cheia do Rio Pirarara e do Córrego Salgadinho. Por volta das 7h30 desta quarta-feira (18), a água começou a transbordar novamente, invadindo residências e interditando a passagem. Segundo a Secretaria de Ação Social, cerca de 30 famílias já foram retiradas de suas residências e levadas para a Escola Estadual Clodoaldo Nunes de Almeida.

Até agora, os pontos mais atingidos pela cheia ficam próximos da ponte entre a avenida Sete de Setembro com Arthur Costa e Silva, no bairro Village do Sol, e da ponte do Jardim Saúde. Além da água barrenta, a enchente arrasta entulhos e animais peçonhentos. O faqueiro Eliel Brum, de 31 anos, que teve a casa atingida pelo alagamento, foi surpreendido na entrada do imóvel por uma cobra, aparentemente jiboia. "Ela tem 1,60 metro de comprimento, porque eu medi, e pesa em média 8 quilos. Eu peguei, pois ela iria entrar na minha casa e se perderia no meio da água, mas logo que a capturei liguei para o Corpo de Bombeiros vir pegá-la", conta.

O agricultor Vicente Alves dos Santos, de 50 anos, que vê o Rio Pirarara pelo quintal de sua residência diariamente, nesta quarta se viu obrigado a sair do imóvel com as duas filhas. A mudança foi carregada às pressas pelo caminhão cedido pela prefeitura. "Eu moro aqui há 28 anos, e quase todos os anos minha família passa por isso. Agora minha mudança está sendo levada para uma nova casa, longe do risco de alagamentos", disse Vicente.

A secretária de Ação Social, Mirian Lacerda, informou que, devido ao risco de uma possível cheia, as escolas do município e do estado já haviam sido requisitadas pela prefeitura, desde novembro de 2014. "Nós requisitamos igrejas e escolas, mas nesse primeiro momento vamos levar as famílias para as escolas, pois tem estrutura para recebê-las, como banheiros grandes e cozinhas. A secretaria está dando assistência e 12 caminhões da prefeitura estão disponíveis para carregar as mudanças", garantiu Mirian.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente, José Aparecido Limeira, a cheia foi uma surpresa, já que, no início da manhã, o nível das águas estava normal. O secretário diz ainda que, apesar do monitoramento diário dos rios, não há como prever as mudanças climáticas que influem diretamente no comportamento das águas. "O nível normal do rio em período de seca é de 1,50 metro. Com essa cheia, acredito que os rios tenham subido cerca de 3 metros. Foi muito rápido", disse Aparecido.



Comunidades ribeirinhas começam a receber atendimento jurídico

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 19.02.2015

Da Reportagem

Com fila de espera para atendimento formada desde 5h da manhã, o Projeto Ribeirinho Cidadão VIII foi lançado, na manhã desta quinta-feira (19), em frente à Prefeitura de Barão de Melgaço. O projeto, realizado pela Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e demais parceiros, tem por intuito de levar assistência jurídica e social integral e gratuita à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé.

Prestigiando a quinta solenidade de lançamento do Ribeirinho como Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, destacou que só é possível sentir o anseio da população vivendo sua realidade diária. "Vivenciar essa realidade nos faz refletir sobre a necessidade dos Poderes Constituídos se unirem cada vez mais em prol do bem estar da população".

Com essa união, segundo o Defensor-Geral, a proposta de expansão do projeto para outras regiões do Estado se concretizará. "Um projeto dessa grandeza deve ser levado a outras regiões, se não pela via fluvial, pela terrestre. Vamos trabalhar em conjunto, agregando parceiros, para levar mais esperança à população. A satisfação no olhar de cada pessoa atendida pelo Ribeirinho nos impulsiona, é nossa recompensa".

Já o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Da Cunha, lembrou do alcance social imensurável do Ribeirinho Cidadão. "Muitos só puderam ser chamados de cidadão após a passagem do Ribeirinho, confeccionando documentos e realizando consultas oftalmológicas, por exemplo. Isso nos incentiva a repetir o projeto todo ano. Os integrantes dessa comitiva devem se considerar grandes, pois têm a alma grande, voltada para o bem estar da população. Saíram de seus gabinetes para fazer das pessoas, cidadãs".

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador Edson Bueno, por sua vez, garantiu que no próximo ano pretende ampliar a parceria, reforçando que somente a união faz com que as dificuldades sejam superadas. Na oportunidade, Edson Bueno assinou um termo com Djalma Mendes cedendo 15 computadores para o projeto. As máquinas serão entregues a escolas existentes em comunidades rio abaixo.

Coordenador do Projeto pela Defensoria Pública, o Defensor Público Air Praeiro citou o poeta Fernando Pessoa ao afirmar que o valor das coisas não se mede pelo valor em si, mas pela intensidade com que ocorrem. "O olhar de agradecimento do cidadão pela presença do Estado, por si só transmite a ideia de Estado Democrático de Direito. Cativamos essas comunidades, somos responsáveis por elas e garanto que o Ribeirinho não morrerá aqui".

CONT.



O Juiz-Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, José Antônio Bezerra Filho, coordenador do projeto por parte do Tribunal de Justiça, pontuou as dificuldades enfrentadas no acesso as comunidades. "O acesso é difícil, mas as comunidades estão sempre nos aguardando e a presença do Estado nesses rincões é que nos leva a acreditar que é possível fazer a diferença".

Parceira do projeto pela primeira vez, a Delegada da Receita Federal Marcela Maria Rizzi agradeceu o convite e ressaltou que o apoio está sendo dado de duas formas, com doação de material mediante entrega de lixo recolhido das margens do rio por parte das comunidades e atendimento ao público, com emissão de CPF online. "Esse é um projeto corajoso e queremos continuar nas próximas edições, tendo a oportunidade de levar a Receita Federal à sociedade".

Também participaram da solenidade de abertura, o Secretário Estadual de Trabalho e Assistência Social, Valdiney de Arruda, representando o Governador Pedro Taques, o Prefeito de Barão de Melgaço, Antônio Ribeiro Torres, o Presidente da Câmara Municipal e o Secretário Municipal de Saúde.

O projeto - Com duração de 15 dias, divididos em duas etapas, fluvial e terrestre, o projeto contará com a presença de mais de 70 profissionais das mais diversas áreas. Na primeira parte, Defensores, Juizes, Médicos, Promotor de Justiça, Oftalmologistas, Dentista, bem como outros profissionais aptos a solucionar questões jurídicas e sociais, irão navegar, por 10 dias, as águas que banham as comunidades entre Barão de Melgaço e Poconé.

Já na segunda parte, que terá início em dois de março com duração de cinco dias, o atendimento será prestado à região de Santo Antônio de Leverger, sendo encerrada no Distrito de Mimoso. Durante todo o projeto é feita a doação de óculos e medicamentos, bem como confecção de documentos como Identidade Civil, Carteira de Trabalho e CPF.

São parceiros do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários. (Gabriela Galvão/Assessoria)